

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Inf CAIO MÁRCIO LEIRA DA SILVA

**O BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO NO ESTABELECIMENTO E
OPERAÇÃO DE UM CAMPO DE PRISIONEIROS DE GUERRA NO CONTEXTO
DE UMA OPERAÇÃO OFENSIVA NOS DIAS ATUAIS**

Rio de Janeiro

2022

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Inf CAIO MÁRCIO LEIRA DA SILVA

O BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO NO ESTABELECIMENTO E OPERAÇÃO DE UM CAMPO DE PRISIONEIROS DE GUERRA NO CONTEXTO DE UMA OPERAÇÃO OFENSIVA NOS DIAS ATUAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como requisito parcial para a obtenção do grau de especialização em Ciências Militares.

Orientador: Maj Inf **Mário Paulo Damasceno**

Rio de Janeiro

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Francisco José de Paula Junior
CRB7/6686

S586

Silva, Caio Márcio Leira da.

O estabelecimento e operação de um campo de prisioneiros de guerra no contexto de uma operação ofensiva nos dias atuais / Caio Márcio Leira da Silva – 2022.

56 f. il.

Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2022.

Orientação: Cap. Mário Paulo Damasceno

1. Polícia do Exército. 2. Campo de prisioneiros de guerra. 3. Doutrina. I Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. II Título.

CDD: 355

Cap Inf CAIO MÁRCIO LEIRA DA SILVA

**O BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO NO ESTABELECIMENTO E
OPERAÇÃO DE UM CAMPO DE PRISIONEIROS DE GUERRA NO CONTEXTO
DE UMA OPERAÇÃO OFENSIVA NOS DIAS ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do grau
de especialização em Ciências Militares.

Aprovado em ____/____/____

Comissão de Avaliação

VINÍCIUS VALVERDE ANDRIES – Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Presidente

MÁRIO PAULO DAMASCENO – Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

RAFAEL DE OLIVEIRA RAMOS – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

AGRADECIMENTOS

À Deus por me conduzir pelo caminho do bem e por me manter equilibrado e firme frente as dificuldades pelo caminho.

Ao meu orientador por todo apoio, empatia e orientação prestados no decorrer deste trabalho e do corrente ano de trabalho.

Aos meus instrutores por terem me auxiliado sempre que foi solicitado e por acreditarem em minha capacidade de trabalho.

Aos meus pais pelo constante incentivo à minha carreira e ao incondicional apoio em todos os momentos, principalmente, os mais difíceis. Obrigado por tudo. Sou infinitamente grato a vocês.

À minha amada esposa Suelen e a minha filha Helena, pelo apoio e compreensão, mesmo nos momentos em que estive excessivamente ausente ou ocupado nos estudos na busca do meu aperfeiçoamento.

RESUMO

A Polícia do Exército é uma especialidade da arma de infantaria do Exército Brasileiro, com capacidades operativas e tradições peculiares, cuja origem remete à vitoriosa campanha da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial. Passados 75 anos desse conflito, uma estável situação de não-guerra redirecionou a atuação dessa especialidade para operações de Garantia da Lei e da Ordem, o que estacionou doutrinas e instruções referentes ao emprego em situação de guerra. No tocante ao estabelecimento e operação de campos de prisioneiros de guerra, nota-se a existência de manuais atualizados (2018), mas que pouco detalham a atividade em comparação aos manuais antigos (1966). Apesar disso, atualmente revela-se iminente clima de tensão bélica mundial, justificando a necessidade de um olhar mais atento para cenários de conflitos armados e revisão dos manuais adotados, a fim de confirmar suas aplicabilidades práticas. Considerando o exposto, este trabalho objetiva analisar os manuais vigentes referentes ao assunto, avaliando a necessidade de atualização doutrinária e adestramento da tropa. Como metodologia, aplicam-se revisões bibliográficas e análises documentais, bem como a formulação de questionário sobre amostra específica. Como expectativa de resultados, infere-se preliminarmente que os manuais carecem de detalhamento e atualização frente às singulares demandas da PE no contexto da referida atividade.

Palavras-chave: Polícia do Exército. Campo de Prisioneiro de Guerra. Doutrina. Adestramento.

ABSTRACT

The Military Police is a specialty of the Brazilian Army Infantry, with peculiar capabilities and operational traditions, whose origin refers to the successful campaign of the Brazilian Expeditionary Force in World War II. After 75 years of this conflict, a stable non-war situation redirected the performance of this specialty to Law and Order Assurance operations, which stationed doctrines and instructions regarding employment in a war situation. Regarding the establishment and operation of prisoner of war camps, there are updated Manuals (2018), but they do not detail the activity compared to the old Manuals (1966). Despite this, a climate of global war tension is now imminent, justifying the need for a closer look at the scenarios of armed conflict and the revision of the Manuals adopted in order to confirm their practical applicability. Considering the above, this work aims to analyze the current Manuals on the subject, assessing the need for updating and doctrinal training of troops. As a methodology, bibliographic reviews and documentary analyses are applied, as well as the formulation of a questionnaire in a specific sample. As expected results, it is preliminarily inferred that the Manuals need to be detailed and updated against the unique demands of the Military Police in the context of this activity

Keywords: Military Police. Prisoner of War Camp. Doctrine. Training.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMA	11
1.1.1 Antecedentes do problema	11
1.1.2 Formulação do problema.....	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO.....	13
1.4 JUSTIFICATIVA	13
2. REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 SITUAÇÃO DE GUERRA E NÃO GUERRA	15
2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES MILITARES.....	15
2.3 ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA DO EXÉRCITO.....	17
2.4 A POLÍCIA DO EXÉRCITO NO ESTABELECIMENTO E OPERAÇÃO DE UM CAMPO DE PRISIONEIROS DE GUERRA.....	21
2.4.1 Da Coleta	25
2.4.2 Do Processamento	25
2.4.3 Da Cadeia de Evacuação	25
2.4.4 Da Custódia	27
2.5 CAPACIDADES OPERATIVAS DA POLÍCIA DO EXÉRCITO.....	27
2.6 POLÍCIA MILITAR DOS EUA.....	27
2.6.1 Capítulo 3 - Sobre o processamento e a evacuação do capturado, da divisão de pontos de coletas (P Col PG) e das áreas de confinamento (campos de concentração).	28

2.6.2 Capítulo 4 – Sobre o trato com o PG, abordando os assuntos evacuação, recepção e processamento, assinatura das intenções de facilidades, controle e disciplina, roupas, alimentação, considerações sanitárias e médicas, correspondência, programas sociais e segurança.	31
3. METODOLGIA.....	32
3.1 Objeto formal de estudo.....	32
3.2 Delineamento da pesquisa	32
3.3 Amostra	33
3.4 Procedimentos para revisão da literatura	33
3.5 Instrumentos	34
3.6 Análise dos Dados.....	34
4. RESULTADOS	35
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	44
6. CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	52

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o espectro dos conflitos é caracterizado pela evolução da situação de paz, crise e conflito armado, ou seja, diferentes níveis de violência existentes entre a negociação e o uso da força entre as nações. Essa evolução mostra que o conflito armado (ou a guerra), ocorrerá após extinção das ações diplomáticas, com subsequente imposição da vontade do poder nacional por meio do emprego de expressão militar, com suas características plenas (ver Figura 1) (BRASIL, 2019).

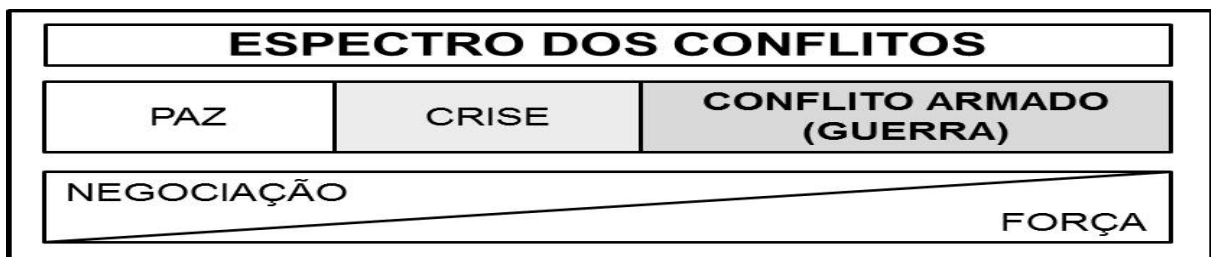


FIGURA 1 - Espectro dos Conflitos
Fonte: Brasil (2019, pag. 2-3)

Com a evolução da sociedade, da tecnologia e das questões geopolíticas, pressupõe-se que a condução e o emprego da força também progredam proporcionalmente. Em um cenário de incertezas e complexidades, as Forças Armadas (FA), além de se manterem permanentemente prontas para situações de guerra, buscam se adaptar às novas demandas, seja no combate ao terrorismo ou nas situações de não guerra, como em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA) (BRASIL, 2017).

Entretanto, ressalta-se que a situação de guerra convencional, caracterizada pelo amplo espectro das operações, com combates de alta intensidade, ainda possui relevância no planejamento, adestramento e meios empregados (BRASIL, 2017).

Uma das consequências inerentes à situação de guerra é o Estabelecimento e Operação de Campo de Prisioneiros de Guerra (Estb e Op de um CPG) pelas Forças Armadas (FA) envolvidas, cujo tratamento deferido a esses regula-se pelo Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) e mais especificamente na Terceira Convenção de Genebra de 1949 (BRASIL, 2011).

No Brasil, as FA têm como missão constitucional a “defesa da pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um desses, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988, art. 142, caput). Para tanto, o Exército Brasileiro (EB), por meio de sua Força Terrestre (F Ter), adota o planejamento baseado em Capacidades Operativas (CO) com o intuito de gerar poder de combate em resposta às diversas hipóteses de emprego. (BRASIL, 2015).

Segundo o Manual EB20-MF-10.102, que trata sobre a Doutrina Militar Terrestre (DMT), as CO se desenvolvem da seguinte maneira:

A capacidade é obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI (BRASIL, 2019, pág. 3-3).

Na F Ter, a Polícia do Exército (PE) é a especialidade da arma de infantaria que fornece o suporte policial ao EB, por meio de “cinco áreas funcionais: Policiamento e Investigação; Apoio à Mobilidade; Custódia; Segurança; e Assessoramento, Treinamento e Estabilização” (BRASIL, 2018, pag. 3-3).

A origem da PE decorreu da necessidade de adaptação do quadro organizacional do EB em atuar com as tropas norte-americanas no teatro de operações italiano durante a 2ª Guerra Mundial (2ª GM). Para esse fim, foi formado um Pelotão de Polícia Militar (PPM), constituído por militares do 3º Regimento de Infantaria e policiais da guarda-civil de São Paulo/SP. (Ver Figura 2).



FIGURA 2: Capacete e Braçal do Pelotão de Polícia Militar da FEB
Fonte: Brasil (2018, pág. 1-3)

Esse Pelotão inspirou-se no *Military Police Platoon ou MPP* do Exército norte-americano, compondo a tropa especial do efetivo da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (PINTO JUNIOR; MONTEIRO, 1988). (Ver Figura 3).



FIGURA 3: Estrutura Organizacional do Pelotão de Polícia Militar
Fonte: Brasil (2018, pág. 1-2)

Após a 2ª GM, a especialidade PE passou por diversas evoluções doutrinárias, com a escrituração de manuais e cadernos de instrução, bem como evoluções organizacionais. Essas últimas oportunizaram a criação de batalhões, companhias e pelotões, que foram distribuídos pelo território nacional. Atualmente, a PE representa o 3º maior efetivo da infantaria do Exército (ABREU, 2017).

Nesse contexto, a PE deve proporcionar à F Ter as seguintes CO: prontidão; combate individual; ação terrestre; proteção integrada; ações sob a égide de organismos internacionais; planejamento e condução; sistemas de comunicações; consciência situacional; apoio logístico para as forças desdobradas; gestão de recursos financeiros; interoperabilidade conjunta; interoperabilidade combinada; interoperabilidade interagências; proteção ao pessoal; proteção física; operações de apoio à informação; comunicação social e inteligência (BRASIL, 2018).

Para fins de recorte deste trabalho, esta pesquisa se limitou aos fatores doutrina e adestramento. Abordou a atuação de uma Organização Militar de Polícia do Exército (OMPE), nível unidade, no Estb e Op de um CPG, considerando o contexto

de uma operação ofensiva nos dias atuais e explorando lacunas doutrinárias e de adestramento sobre o assunto.

1.1 PROBLEMA

No contexto de uma eventual escalada da crise, onde a diplomacia não obtivesse o sucesso, conforme dita o espectro dos conflitos, a guerra seria a consequência desta evolução. (BRASIL, 2017).

1.1.1 Antecedentes do problema

No caso hipotético de um conflito nos dias atuais, com a ativação de um Teatro de Operações (TO) ou uma Área de Operações (A Op) por um Corpo de Exército (C Ex), uma das CO demandadas seria o estabelecimento e a operação de um campo de prisioneiros de Guerra (BRASIL, 1966). Para tanto, a dosagem orgânica mínima desejável seria a de um Batalhão de Polícia do Exército (BPE), OMPE enquadrada para apoiar um C Ex (BRASIL, 2018).

Segundo Brasil (2019a), C Ex é uma estrutura formada para planejar e conduzir operações, podendo ter duas ou mais Divisões de Exército, além de outros meios. Pode também ser definida por:

Corpo de Exército (C Ex): “O Corpo de Exército (C Ex) é o maior escalão existente na estrutura da Força Terrestre do Exército Brasileiro. É um grande comando operativo, de constituição e organização variáveis, que reúne elementos e unidades das armas, quadros e serviços, segundo uma estrutura prevista capaz de servir e de ser empregada como um todo” (BRASIL, 2020, pág. 2-1).

1.1.2 Formulação do problema

Esse questionamento tem por premissa que os manuais existentes estejam com a Doutrina e as Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) desatualizadas em relação à DMT atual.

Diante dessa conjuntura, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: **Caso um BPE recebesse a missão de Estb e Op um CPG de um C Ex, utilizando como base doutrinária e operacional os manuais existentes, as TTP estariam atualizados e adaptados aos dias atuais?**

1.2 OBJETIVOS

Para obter a resposta do problema, foram definidos os objetivos, tanto o geral como os específicos, os quais foram os balizadores da pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse trabalho foi evidenciar a necessidade de atualização das TTP, no que diz respeito ao emprego de um BPE em campanha, no Estb e Op de um CPG, nas Operações Ofensivas (Op Of) nos dias atuais, com o enfoque na doutrina e adestramento.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral do estudo, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Definir a situação de guerra e não guerra;

- b) Classificar as operações militares;
- c) Identificar a organização e a distribuição da PE;
- d) Identificar as atividades do BPE no Estb e Op de um CPG
- e) Identificar as CO da PE; e
- f) Verificar como que a tropa de PE dos EUA Estb e Op um CPG.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

A fim de alcançar os objetivos deste trabalho, foram definidas as seguintes questões de estudo:

- a) Qual a diferença entre a situação de guerra e não guerra?
- b) Como são classificadas as operações militares?
- c) Como que as tropas de PE estão organizadas e distribuídas?
- d) Quais seriam as atividades que um BPE deve executar para Estb e Op um CPG?
- e) Quais seriam as CO da PE utilizadas no Estb e Op de um CPG?
- f) Quais atividades que a tropa de PE norte americana realiza para Estb e Op um CPG?

1.4 JUSTIFICATIVA

Apesar da evolução geopolítica, social e econômica, os conflitos armados ainda fazem parte da realidade mundial. O combate convencional ainda se mostra relevante e conseqüentemente a utilização de diversas estruturas necessárias à guerra, sendo uma delas o campo de prisioneiros. Portanto é necessário e fundamental que o Exército se mantenha atualizado e com capacidades operativas para proporcionar poder de combate caso seja necessário (BRASIL, 2020).

A atuação da F Ter nas OCCA tornou-se frequente nas últimas décadas. Destaca-se a Op Rio Eco 92, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, uma das primeiras participações da F Ter nesse tipo de operações. Mais recentemente os

grandes eventos desportivos no Brasil, como a Copa das Confederações, 2013, Copa do Mundo – FIFA, 2014 e Olimpíadas 2016, culminando na intervenção federal no estado do Rio de Janeiro em 2018 (SILVA, 2020).

No entanto, esse aumento das operações em situação de não guerra (OCCA), caracterizadas pelo emprego do poder militar, sem o combate propriamente dito (BRASIL, 2019), em detrimento das operações em situação de guerra, caracterizadas pelas operações básicas (BRASIL, 2019), gerou um desequilíbrio doutrinário e operacional entre as situações de guerra e não guerra.

Para ratificar essa situação de desequilíbrio, está previsto no Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2020 - 2023, por meio do Objetivo Estratégico do Exército (OEE) número 3: “contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social” (BRASIL, 2019b, pág. 16), a estratégia “Aperfeiçoamento da estrutura de apoio às operações de cooperação e coordenação com agências” (BRASIL, 2019b, pág. 17/18).

O mesmo PEEx 2020-2023, por meio do Objetivo Estratégico do Exército (OEE) número 5, aborda a importância de “modernizar o sistema operacional militar terrestre (SISOMT) – preparo e emprego da força terrestre” (BRASIL, 2019b, pág. 21), com a estratégia “Aumento da capacidade de pronta resposta da Força Terrestre” (BRASIL, 2019b, pág. 22).

Ainda no PEEx 2020-2023 (BRASIL, 2019b), aborda também a importância de se manter atualizado o sistema de doutrina militar terrestre, com o Objetivo Estratégico do Exército (OEE) número 6: “manter atualizado o sistema de doutrina militar terrestre” (BRASIL, 2019b, pág. 24), com a estratégia “Estabelecimento de uma Doutrina Militar Terrestre compatível com uma Força transformada” (BRASIL, 2019b, pág. 25).

Assim, por meio do OEE nº 3, fica evidente que o EB visualiza o emprego da PE em apoio às OCCA. No entanto, esse projeto de pesquisa está ao encontro do OOE nº 5 e 6, além da Diretriz nº 4, do Comandante do Exército, que trata sobre preparo e emprego da F Ter, “4. Prosseguir no aperfeiçoamento do Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) para atender à Concepção Estratégica do Exército (CEEx) e à Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre.” (OLIVEIRA, 2021, pág. 23).

Dessa maneira, este projeto abordou a necessidade de modernização da doutrina e adestramento do pessoal para o cumprimento de tarefas e atividades, especificamente o BPE no Estb e Op de um CPG em uma Op Of atualmente, gerando desse modo, capacidades e poder de combate à F Ter.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão consistiu na apresentação dos conhecimentos sobre a situação de guerra e não guerra; as operações básicas; organização e doutrina da PE; as CO atribuídas à PE atualmente; e a tropa de PE dos Estados Unidos da América (EUA).

2.1 SITUAÇÃO DE GUERRA E NÃO GUERRA

As tropas de PE devem ser capazes e estarem aptas para atuarem nas operações militares realizadas pela F Ter, seja em situação de guerra ou não guerra, no Brasil ou no exterior (BRASIL, 2018). O Estb e Op de um CPG é uma das tarefas ou atividades decorrentes de uma situação de guerra. Assim, faz-se fundamental diferenciar, primeiramente, as situações de guerra e não guerra.

Segundo Brasil (2019a), a escalada da crise é a evolução dos acontecimentos a partir de uma situação de paz, posterior crise e que culmina, finalmente, no conflito armado. Assim, deflagram operações militares de diferentes níveis de engajamento, podendo ser em situação de guerra ou não guerra (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, após ações diplomáticas insuficientes para evitar-se um conflito armado, a situação de guerra ocorre quando é decidido pelo emprego bélico, na plenitude de suas capacidades, em defesa da pátria. Já a situação de não guerra caracteriza-se pelo emprego do poder militar de forma limitada, geralmente em apoio à agências governamentais, sem que ocorra o combate propriamente dito (BRASIL, 2017).

2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES MILITARES

As operações militares podem ser classificadas pelo viés da Força Armada empregada, podendo ser singular, conjunta ou combinada ou ainda pelo viés da finalidade podendo ser básica ou complementar (BRASIL, 2017).

Quanto ao emprego, será singular quando ocorrer apenas de uma das FA, podendo ainda utilizar pequenas frações de outras Forças, (BRASIL, 2017). A integração do emprego de pessoal e meios capitais de mais de umas FA, com objetivos em comum e sob comando único, caracteriza as operações em conjunto (BRASIL, 2017). A mesma integração descrita nas operações em conjunto, quando projetada com meios capitais e pessoal de FA de outras nações, define-se como uma operação combinada (BRASIL, 2017).

Quanto à finalidade, as operações são classificadas em operações básicas ou complementares, sendo a segunda necessariamente complemento da primeira (BRASIL, 2017).

As operações básicas ocorrem em situação de guerra ou não guerra, com o desencadeamento das operações ofensivas, defensivas ou de cooperação e coordenação com agências (BRASIL, 2017).

As operações complementares são operações que possuem características específicas quanto ao planejamento, emprego de pessoal e meios, sendo utilizadas com o propósito de otimizar as operações básicas (Ver Figura 4). (BRASIL, 2017).

Classificação das Operações Militares	
Quanto às forças empregadas	Singulares
	Conjuntas
	Combinadas
Quanto à finalidade	Básicas
	Complementares

FIGURA 4: Classificação das Operações Militares

Fonte: Brasil (2017, pág. 2-10)

Nesse contexto, define-se Operação Ofensiva como:

[...] operações terrestres agressivas nas quais predominam o movimento, a manobra e a iniciativa, para cerrar sobre o inimigo, concentrar poder de combate superior, no local e no momento decisivo, e aplicá-lo para destruir ou neutralizar suas forças por meio do fogo, do movimento e da ação de choque obtido sucesso, passa-se ao aproveitamento do êxito ou à perseguição. (BRASIL, 2017, pág. 3-1).

Conforme o tema desta pesquisa, com o enfoque no Estb e Op de um CPG nas Op Of por um BPE, uma das características da atuação da PE nas Op Of é “a flexibilidade na coleta, captura e escolta de prisioneiros de guerra, extraviados e refugiados” (BRASIL, 2018, pág 5-1).

2.3 ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA DO EXÉRCITO

O Exército possui atualmente as seguintes fontes de consulta sobre a PE: Manual C 19-10, sobre o emprego da PE (BRASIL, 1966); Manual de Campanha EB70-MC-10.239: Polícia do Exército (BRASIL, 2018) o qual revogou o Manual C 19-5 Polícia do Exército, de 1966; além de outros cadernos e manuais, como o C 19-15 Operações de Controle de Distúrbios (BRASIL, 1997), que abordam de maneira genérica as atividades e tarefas referentes a especialidade.

A fim de detalhar a organização, a distribuição territorial e a doutrina da PE, é necessário definir o que seria a PE:

A PE é uma especialidade de tropa da Arma de Infantaria, vocacionada para a fiscalização e manutenção da ordem e da disciplina. Nesse sentido, é apta a realizar ações policiais em todos os campos de atuação da Força Terrestre (F Ter). (BRASIL, 2018, pág. 1-1).

As Organizações Militares de Polícia do Exército (OMPE) estão distribuídas por todo o território nacional (Ver Figura 5) (BRASIL, 2018). Segundo Abreu (2017), a PE possui o terceiro maior efetivo das tropas de infantaria e o maior número de OM por tipo (selva, motorizada, leve, guarda, blindada, paraquedista, mecanizada e de montanha), haja vista que estão presentes em todos os C Mil A, caracterizando sua abrangência nacional.

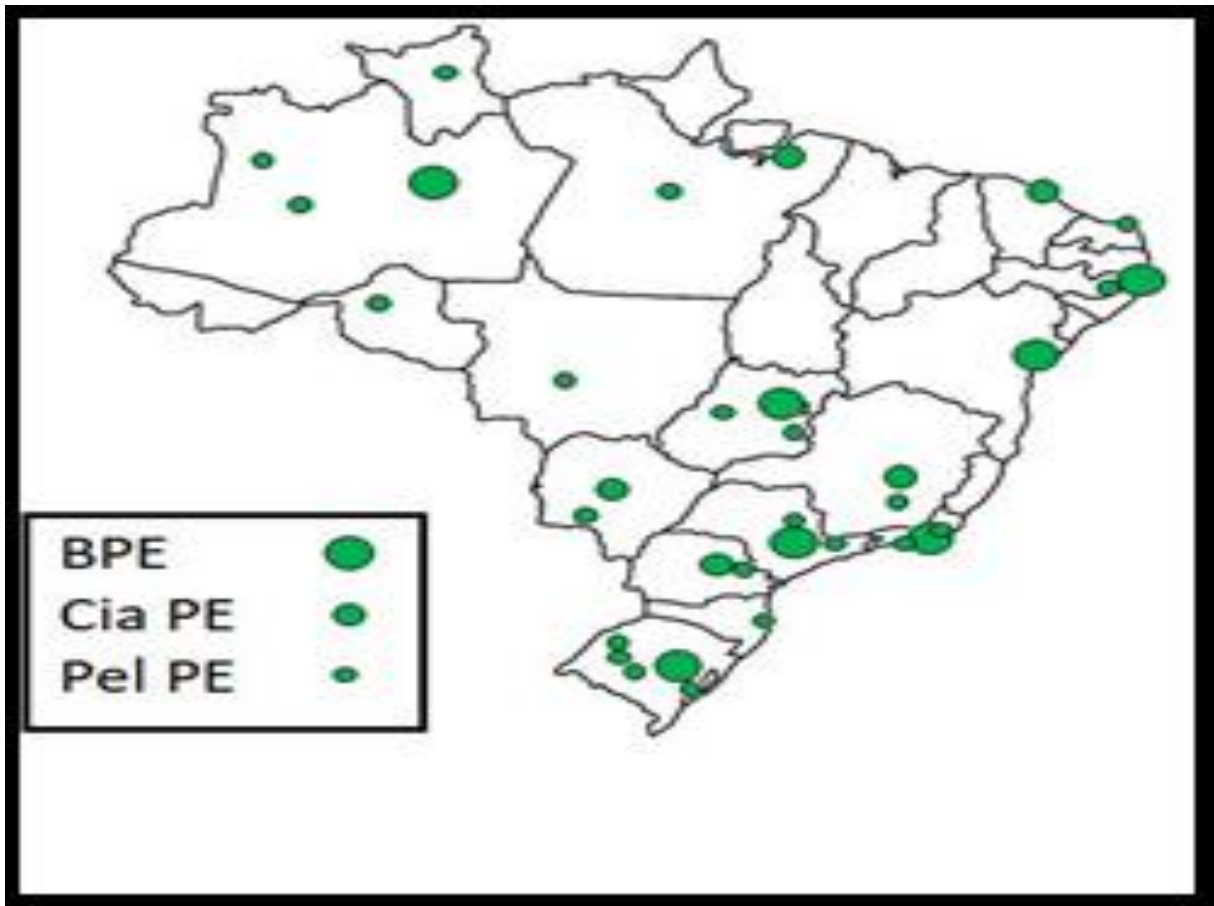


FIGURA 5 – Localização das OMPE
Fonte: Brasil (2018, pág. 4-4)

Segundo Brasil (2018), por esta característica de abrangência nacional, as OMPE, nível pelotão, serão unidades orgânicas das brigadas e deverão ter a capacidade de se adaptarem às características logísticas a que estiverem subordinadas, podendo ser Blindadas, Mecanizadas, Selva, Leves e Paraquedista. (Ver Figura 6).



FIGURA 6 – Meios Diferenciados de Mobilidade para a PE
 Fonte: Brasil (2018, pág. 4-3)

As unidades de PE estão organizadas nos níveis Pelotão (Pel), Companhia (Cia) e Batalhão (Btl), sendo enquadradas respectivamente nas grandes unidades (GU), grandes comandos operacionais (G Cmdo Op) e aos comandos militares de área (C Mil A). (BRASIL, 2018). (Ver Figura 7)

COMANDO ENQUADRANTE		DOSAGEM ORGÂNICA MÍNIMA
FORÇA TERRESTRE	Comando Militar de Área	01 (um) Batalhão de Polícia do Exército
	Divisão de Exército	01 (uma) Companhia de Polícia do Exército
	Brigada	01 (um) Pelotão de Polícia do Exército

FIGURA 7 – Dosagem Orgânica Mínima Desejável de OMPE
 Fonte: Brasil (2018, pág. 4-3)

Devido a diversos fatores, nos últimos anos, a F Ter decidiu transformar algumas unidades valor Companhia em Batalhões, alterando a dosagem mínima desejável em determinados C Mil A. Para visualizar a distribuição territorial das OMPE,

nível unidade (BPE), subordinadas aos C Mil A e a situação sobre a implantação estrutural das unidades, segue quadro abaixo (Ver Quadro 1).

Nº	C MIL A	OMPE	Cidade	UF	Situação Atual
1	CML	1º BPE	Rio de Janeiro	RJ	Implantado
2	1ª DE	11º BPE			Fase de adequação de Infraestrutura
3	CMSE	2º BPE	Osasco	SP	Implantado
4		8º BPE	São Paulo		Implantado
5	CMS	3º BPE	Porto Alegre	RS	Implantado
6	CMNE	4º BPE	Recife	PE	Fase de adequação de Infraestrutura
7	CMNE/ 6ª RM	6º BPE	Salvador	BA	Fase de adequação de Infraestrutura
8	CMA	7º BPE	Manaus	AM	Fase de Implantação
9	CMO	9º BPE	Campo Grande	MS	Fase de Implantação
10	CMP	BPEB	Brasília	DF	Implantado

QUADRO 1 – OMPE nível Unidade (BPE) por C Mil A

Fonte: o autor e PEEEx 2021-2023 (Brasil, 2019b, pág. 17)

A estrutura organizacional dos BPE, objeto de estudo desta pesquisa, é caracterizada por um Comando (Cmdo), Companhia de Comando e Apoio (CCAp), Companhias de Polícia do Exército (Cia PE) e Companhia de Escolta e Guarda (Cia Esct Gd) (Ver Figura 8 e 9).

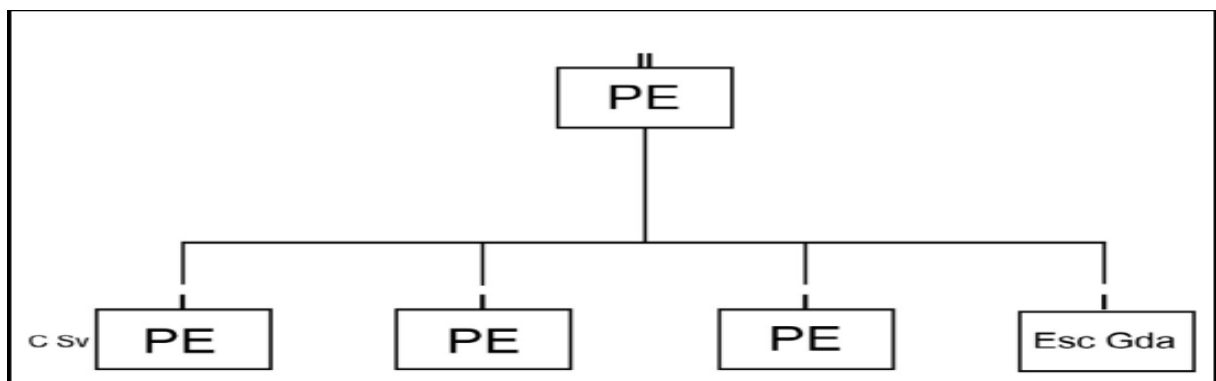


FIGURA 8 – Batalhão de Polícia do Exército

Fonte: Brasil (2020, pág. 3-18)

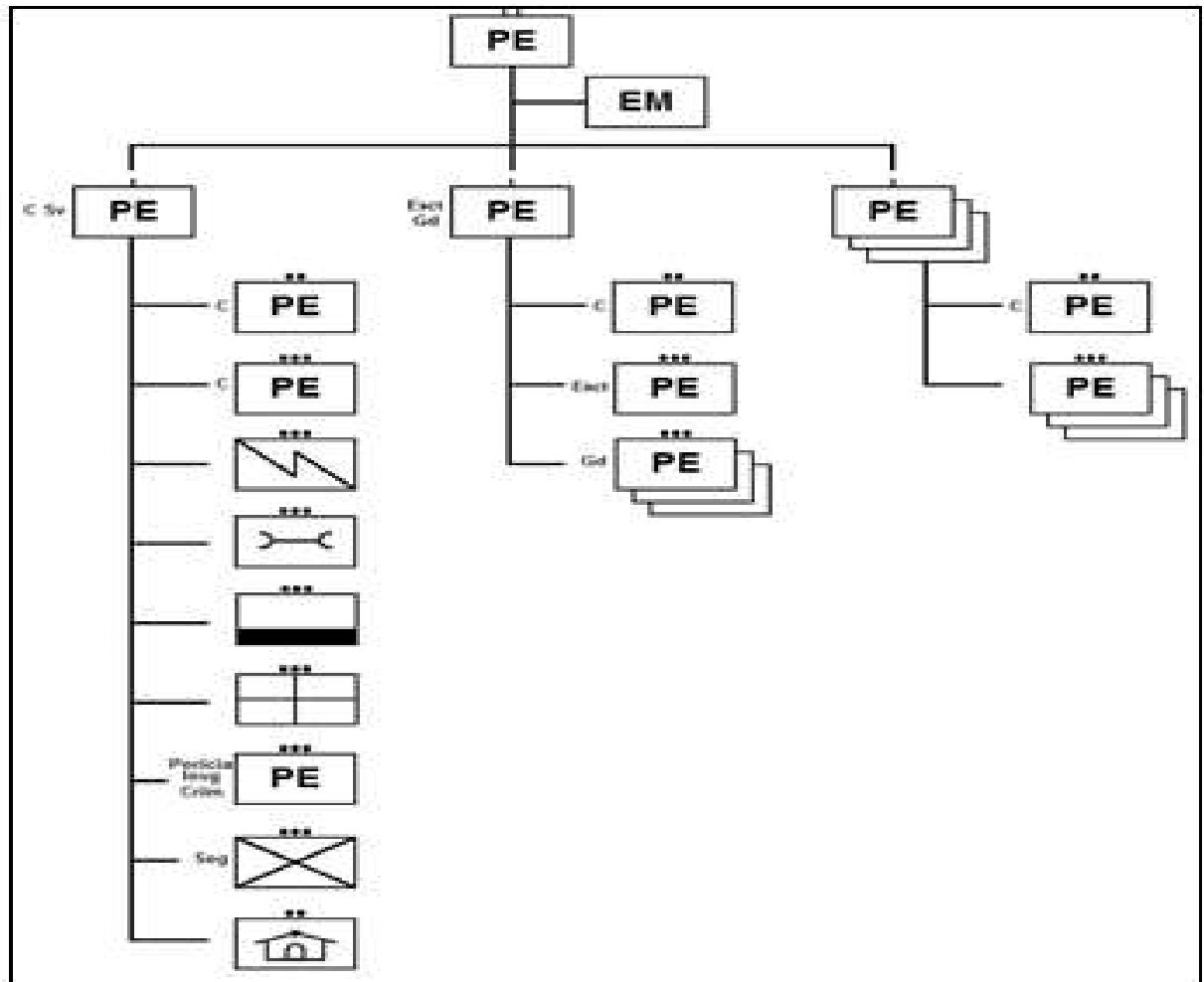


FIGURA 9 – Estrutura Organizacional de um BPE
 Fonte: Brasil (2019)

2.4 A POLÍCIA DO EXÉRCITO NO ESTABELECIMENTO E OPERAÇÃO DE UM CAMPO DE PRISIONEIRO DE GUERRA

Ao se tratar do apoio da PE à um C Ex, ou seja, um BPE, é importante ressaltar que serão atividades interzonais, pois se caracterizam por abrangerem a Zona de Combate (ZC) e a Zona de Administração (ZA) do teatro de operações (TO). (Ver Figura 10). (BRASIL, 1966).

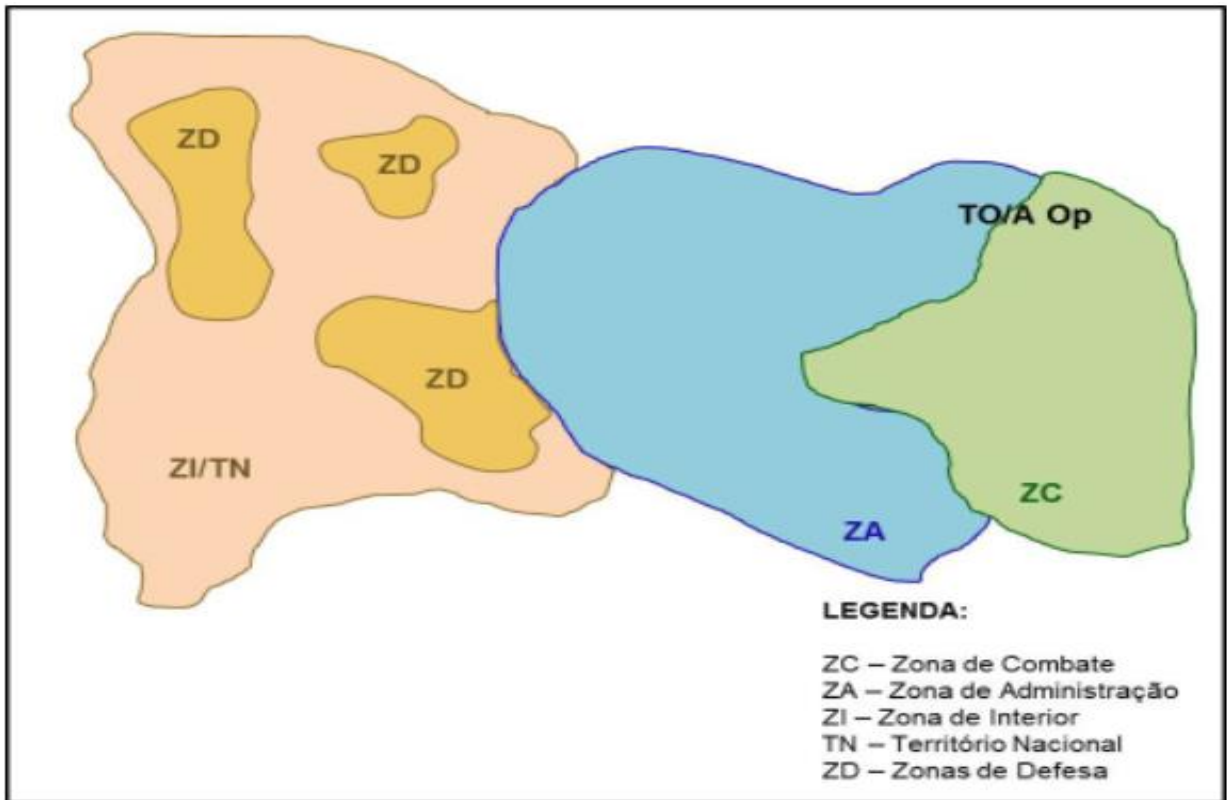


FIGURA 10 – Divisão do TO/A Op
Fonte: Brasil (2017, pág. 2-8)

Define-se Zona de Combate (ZC) por ser:

[...] a porção do TO/A Op necessária à atuação dos elementos diretamente responsáveis pela condução das operações. Compreende a área à frente dos limites de retaguarda das forças empregadas, podendo incluir área terrestres, marítimas e o espaço aéreo, até o limite anterior do TO. Na ZC, serão desdobrados os meios de combate, apoio ao combate e apoio logístico. (BRASIL, 2017, pág 2-6).

Define-se por Zona de Administração (ZA) como:

A ZA é a porção do teatro de operações compreendida entre o limite de retaguarda das forças empregadas na zona de combate e o limite posterior da área do TO. A responsabilidade territorial pela ZA será determinada pelo comandante operacional. (BRASIL, 2017, pág 2-7).

O trânsito dos PG é caracterizado por ser um processo contínuo, na qual inicia-se no Posto de Coleta de Prisioneiros de Guerra (P Col PG) da Brigada (Bda), prosseguindo para o P Col PG da DE, se for o caso para o P Col PG do C Ex (quando

existir). Em seguida, segue para o CPG do Ex Cmp e termina nas instalações de PG na Zona de Administração (ZA). (BRASIL, 1966).

Segundo Brasil (1966) existem 02 (duas) instalações para PG: o Posto de Coleta de Prisioneiros de Guerra (P Col PG) e o Campo de Prisioneiros de Guerra (CPG).

Os P Col PG “são determinados locais das áreas avançadas da ZC onde os PG são reunidos para fins de exame local, interrogatório sobre informações de valor tático imediato e subsequente evacuação.” (BRASIL, 1966, pág 2-10). São instalações onde os PG serão recebidos e mantidos sob guarda e posteriormente evacuados para a retaguarda, sendo adaptáveis em função do número de prisioneiros, disponibilidade de meios ou ainda pelas condições climáticas, podendo ser em um local descoberto, cercado ou ainda em construção de alvenaria.

Os P Col PG são Estb e Op por tropas de PE nos escalões Bda, DE e C Ex. São locais que devem ter espaço e meios suficientes para compartimentar a condução das operações de identificação, recepção, registro, tramitação, segregação e evacuação dos PG, além de proporcionar barreiras de segurança para o pessoal de guarda. (BRASIL, 1966).

Segundo Brasil (1966) a fim de facilitar o interrogatório dos PG, os P Col PG serão instalados próximos ao Posto de Comando (PC) das GU ou unidades. Entretanto, deve-se atentar para que o PG não identifique o local exato ou as atividades que se desenvolvem no PC. (BRASIL, 1966).

Para a escolha do local do P Col PG, deve-se atentar para as seguintes características:

[...] (a) dispor de áreas de instalação adequadas; (b) fácil acesso a estrada principal de suprimento (EPS) e aos PC das GU ou unidades, para permitir pronta evacuação e para facilitar os interrogatórios; (c) dispor de água; (d) ser desenhados dos tiros das armas portáteis; (e) dispor de cobertas e abrigos, para ocultar da observação aérea e terrestre; (f) proporcionar fácil acesso aos caminhões e ambulâncias oriundas da frente e da retaguarda, para facilidade de recebimento e evacuação dos PG. (BRASIL, 1966, pág 2-11/2-12)

Os Campos de Prisioneiros de Guerra (CPG) caracterizam-se por serem instalações temporárias determinadas pelo Ex Cmp, adaptável às necessidades numéricas ou climáticas, instalado e operado por uma Cia Esct e Gd, podendo ser um edifício ou uma área cercada, na qual os PG são evacuados para fins de interrogatório,

detenção temporária e posterior evacuação para as instalações de PG da ZA, local onde serão internados. (BRASIL, 1966).

Por ter essa finalidade temporária, deve ser localizado próximo a terminais ferroviários para facilitar a evacuação para a ZA, além de ter ligação com os P Col PG das Brigadas, Divisões de Exército e Corpo de Exército. (BRASIL, 1966).

A oportuna evacuação dos PG da ZC contribui para as unidades táticas, haja vista que as alivia das responsabilidades de guarda e escolta dos PG capturados, sendo reponsabilidade da PE a coleta, o processamento, a evacuação e a custódia dos PG. (BRASIL, 1966).

Normalmente, os PG que necessitam de suporte médico, são levados para os locais de tratamento de saúde mais próximo. Uma vez recuperados, retornam às instalações de PG, sob a escolta e guarda de elementos da Cia Esct Gd dos BPE ou dos Pel Esct Gd das Cia PE (DE) ou ainda pelo Gp Esct Gd dos Pel PE (Bda) (BRASIL, 1966).

Segundo Brasil (1966) os objetivos no tratamento de um PG são:

[...] (a) obter o máximo de informações do inimigo cumprindo as restrições impostas pelos tratados internacionais; (b) impedir a fuga e a liberação; (c) economizar os próprios recursos; (d) assegurar a reciprocidade de tratamento ao nosso pessoal, quando capturado pelo inimigo; (e) enfraquecer a determinação de resistir à captura, por parte do inimigo. (BRASIL, 1966, pág 3-17/3-18).

E para se atingir esses objetivos, utilizam-se algumas medidas como: tratamento humanitário; mínimo de tratamento na ZC, evacuando os PG para a retaguarda o quanto antes; assegurar a todos os escalões a oportunidade de interrogar o PG; máxima utilização dos PG como mão de obra, dentro dos limites impostos pelo DICA, conforme o Art. 50 da Convenção de Genebra de 1949 e instruir a tropa sobre as prescrições quanto ao PG. (BRASIL, 1966).

O C Ex (quando existir) não participa da cadeia de evacuação de PG, apenas quando o PG selecionado for objeto de interrogatório.

2.4.1 Da Coleta

A coleta consiste no Estb e Op dos postos de coleta, nos quais passam a custódia do pessoal capturado, das tropas que capturaram o inimigo para as tropas de PE. Portanto, a coleta em larga escala de PG ocorre nos escalões DE e Bda. (BRASIL, 1966).

2.4.2 Do Processamento

Consiste na identificação do PG nos termos de nome, posto ou graduação, OM a qual pertence, inspeção de saúde sumária, classificação e separação. Esta atividade visa a rápida evacuação oportuna da ZC para a retaguarda de maneira ordenada e organizada, sendo esta uma cláusula das Convenções de Genebra de 1949 quanto aos PG. (BRASIL, 1966).

A evacuação pode ser terrestre, podendo ser a pé ou motorizada, estradas de ferro, aérea, marítima ou fluvial. Consiste no deslocamento realizado pelas tropas de escolta e guarda, da ZC para ZA. Para casos já mencionados de PG selecionado, este pode permanecer temporariamente nos P Col PG do C Ex ou DE ou ainda nos CPG do Ex Cmp para fins de interrogatório. (BRASIL, 1966).

2.4.3 Da Cadeia de Evacuação

O comandante do TO, deve determinar o tempo de permanência máxima do PG na ZC, adotando-se o prazo de 72h para o processamento do PG na ZC. A evacuação dos PG será realizada por elementos de escolta e guarda e segue a seguinte sequência lógica:

Após a captura do inimigo pelos elementos da vanguarda, estes direcionam o PG para os P Col PG das unidades, operados pelas Cia de Cmdo, orgânicas das próprias unidades. Em seguida, a tropa da PE orgânica da Bda, realiza a evacuação

do P Col PG das unidades para o P Col PG da Bda. Do P Col PG Bda para a retaguarda, as tropas de PE do escalão superior realizam a evacuação. (Ver Figura 11). (BRASIL, 1966).

Caso haja necessidade de interrogar um PG selecionado, a tropa de PE orgânica do escalão superior realiza a evacuação, dos P Col PG das Bda para a P Col PG da DE ou P Col PG do C Ex. Cabe à Cia Esct e Gd do BPE a evacuação dos P Col PG da Bda, P Col PG da DE e P Col PG do C Ex para os CPG do Ex Cmp. A evacuação dos PG dos CPG do Ex Cmp para as instalações de PG da ZA, será realizada primordialmente por ferrovias e executado por elementos de escolta e guarda das tropas de PE da ZA. (BRASIL, 1966).

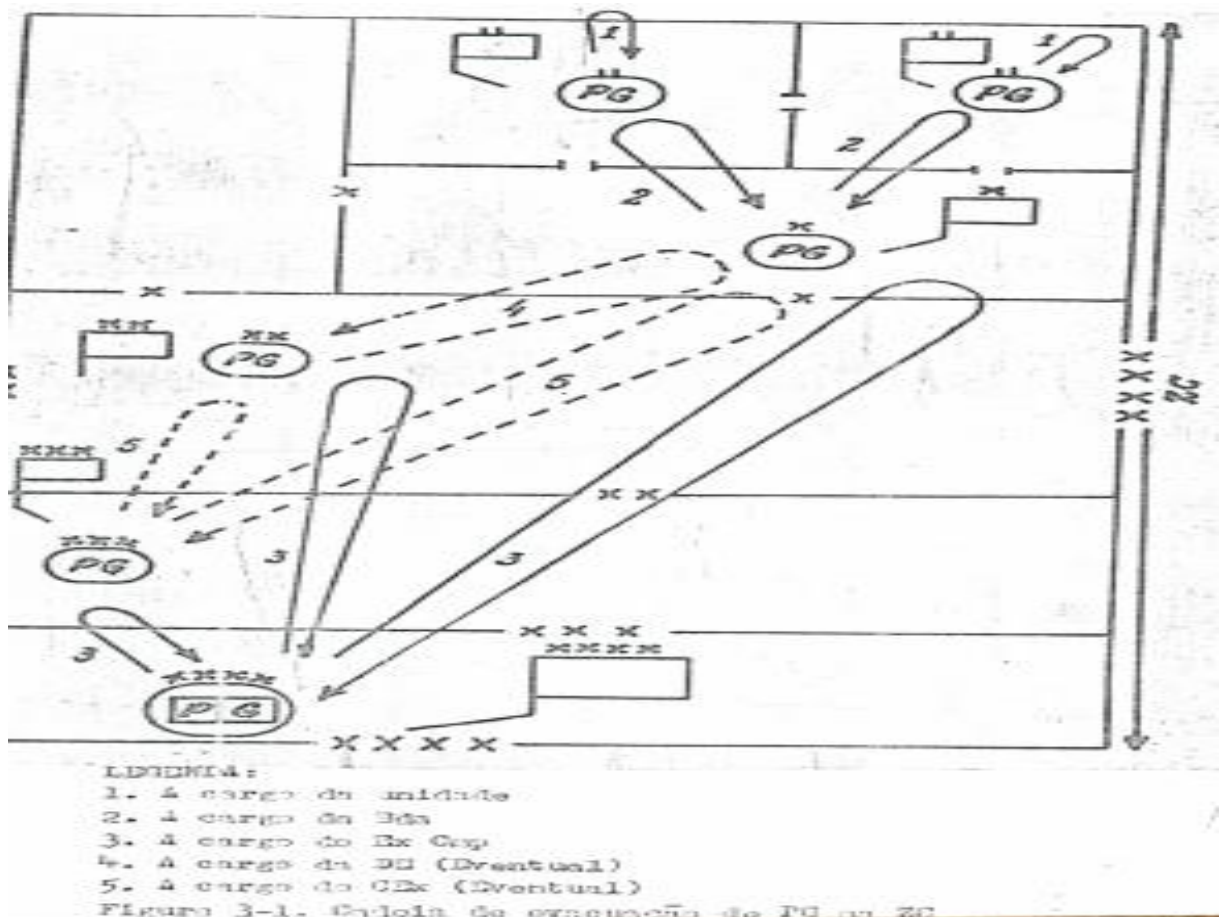


FIGURA 11 – Cadeia de Evacuação de PG da ZC

Fonte: Brasil (1966, pág. 3-39)

2.4.4 Da Custódia

Embora seja um preceito básico a rápida evacuação para a retaguarda, há casos em que é necessário a permanência por mais tempo de algum PG na ZC. Neste caso, eles são evacuados sob custódia para os CPG na área de retaguarda do Ex Cmp.

2.5 CAPACIDADES OPERATIVAS DA POLÍCIA DO EXÉRCITO

Dentre as capacidades operativas (CO), a proteção ao pessoal (CO28) e a proteção física (CO29) são as que se referem diretamente ao assunto dessa pesquisa e estão inseridas na Capacidade Militar Terrestre 7 – Proteção (BRASIL, 2014).

Segundo a CO28, que trata da proteção ao pessoal, a PE “deve ser capaz de proteger o pessoal (militar e civil) contra os efeitos das ações próprias, inimigas e naturais” (BRASIL, 2014, pág. 16).

Já a CO29, que trata da proteção física, discorre que a PE “deve ser capaz de proteger o material, as instalações e o território de qualquer ameaça à sua integridade em áreas definidas” (BRASIL, 2014, pág. 17).

Dessa maneira, para fins de planejamento e emprego, é esperado das tropas de PE a execução destas CO, especialmente quando se refere à atividade com PG.

2.6 POLÍCIA MILITAR DOS EUA

O Brasil possui elementos distintos de Polícia Militar em suas FA, como o Serviço de Polícia da Marinha (Cia Pol), PE do Exército e Polícia da Aeronáutica (PA). No entanto, há nações que possuem diferenças organizacionais em suas tropas de Polícia Militar, centralizando as ações em apenas uma tropa de Polícia no âmbito das FA.

Como exemplo, a tropa norte-americanas, a *United States Army Military Police (USAMP)*, foi objeto dessa parte da pesquisa para obter informações sobre como está previsto o Estb e Op de um CPG. A escolha dos Estados Unidos da América foi motivada pelo fato de terem atuado em guerras recentes, possuírem Doutrina Militar semelhante à utilizada no Brasil e pela relevância militar no cenário mundial.

Uma das principais diferenças entre o Brasil e os EUA

A USAMP é um comando independente, liderado por um Provost Marshall, Oficial-General de 3 estrelas, que envia frações para o cumprimento de suas missões nos EUA e no exterior. O militar, ao ingressar na Military Police (MP), permanece todo o período da carreira até a reserva. A formação do USAMP, bem como o seu desenvolvimento doutrinário, é responsabilidade da Military Police School (USAMPS), localizada no Fort Leonard Wood (FLW), no estado de Missouri. (BEZERRA, 2016, p. 2).

A USAMP possui o Manual específico que trata sobre as atividades de Polícia Militar, o *FM 3-19.40 Internment/Resettlement Operations*, sobre operações de internação e restabelecimento. Neste Manual, na 2ª parte, sobre Prisioneiros de Guerra Inimigos (*Enemy Prisoners of War - EPW*) e internados civis, divide-se nos capítulos 3 e 4.

2.6.1 Capítulo 3 - Sobre o processamento e a evacuação do capturado, da divisão de pontos de coletas (P Col PG) e das áreas de confinamento (campos de concentração).

De maneira geral, estas etapas são similares com as previstas no Manual brasileiro C 19-10, sendo que o Manual norte-americano possui mais informações detalhadas, tratando desde a captura por tropas na ZC até a internação nos campos de prisioneiros na retaguarda, inclusive tratando de casos no qual o PG necessita de suporte médico.

Segue exemplo de um P Col PG (Bda), descrito no Manual norte-americano como Forward Collecting Point (CP), detalhando inclusive os materiais necessários para seu estabelecimento, como concertinas, cercas, estacas, latrina e ponto de água. Caso seja possível, utilizar estruturas abandonadas como escolas e apartamentos para a detenção dos PG. (EUA, 2001). (Ver Figura 12).

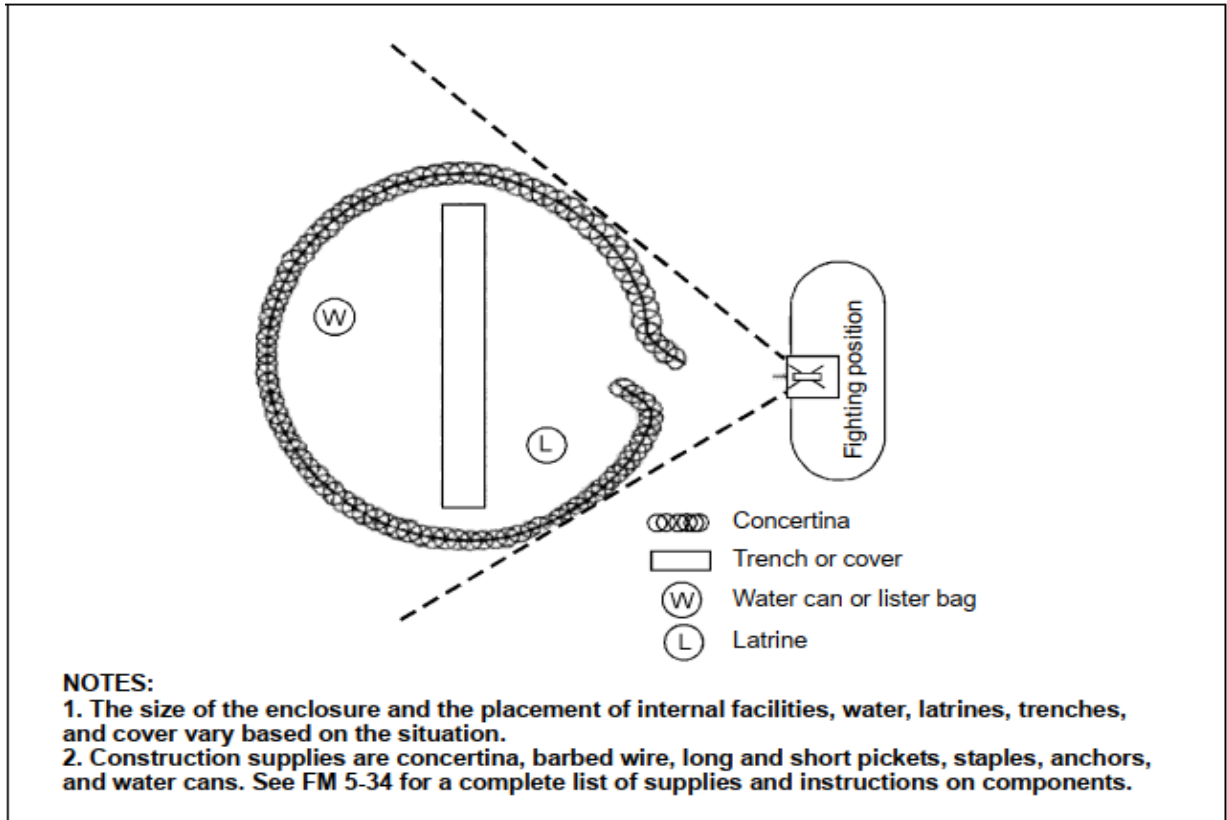


FIGURA 12 – P Col PG (Bda) – Forward Collecting Point (CP)

Fonte: EUA (2001, pág. 3-11)

Abaixo, segue outro exemplo, dessa vez de um P Col PG (DE), descrito no Manual norte-americano como Central Collecting Point (CP), detalhando inclusive os materiais necessários para seu estabelecimento, como concertinas, cercas, estacas, latrina e ponto de água, sendo a principal diferença a capacidade de receber mais PG. Caso seja possível, utilizar estruturas abandonadas como escolas e apartamentos para a detenção dos PG. (EUA, 2001). (Ver Figura 13).

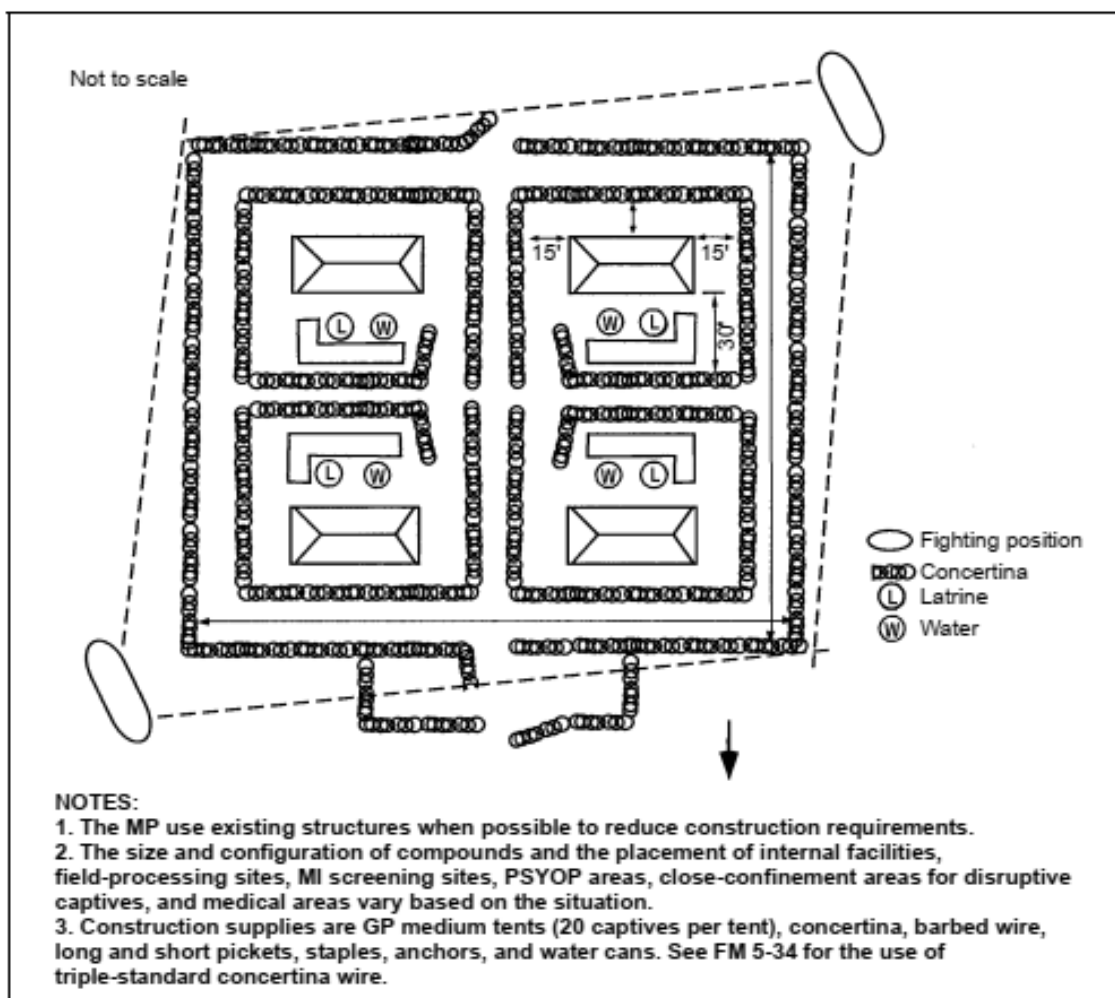


FIGURA 13 – P Col PG (DE) – Central Collecting Point (CP)
 Fonte: EUA (2001, pág. 3-13)

O CPG, descrito no Manual norte-americano como Corps Holding Area (CHA), é detalhando inclusive com os materiais necessários para seu estabelecimento, como concertinas, cercas, estacas, latrina e ponto de água, caracterizado por ter estruturas que permitem a possibilidade de o PG permanecer mais tempo sob custódia. Caso seja possível, utilizar estruturas abandonadas como escolas e apartamentos para a detenção dos PG. (EUA, 2001). (Ver Figura 14).

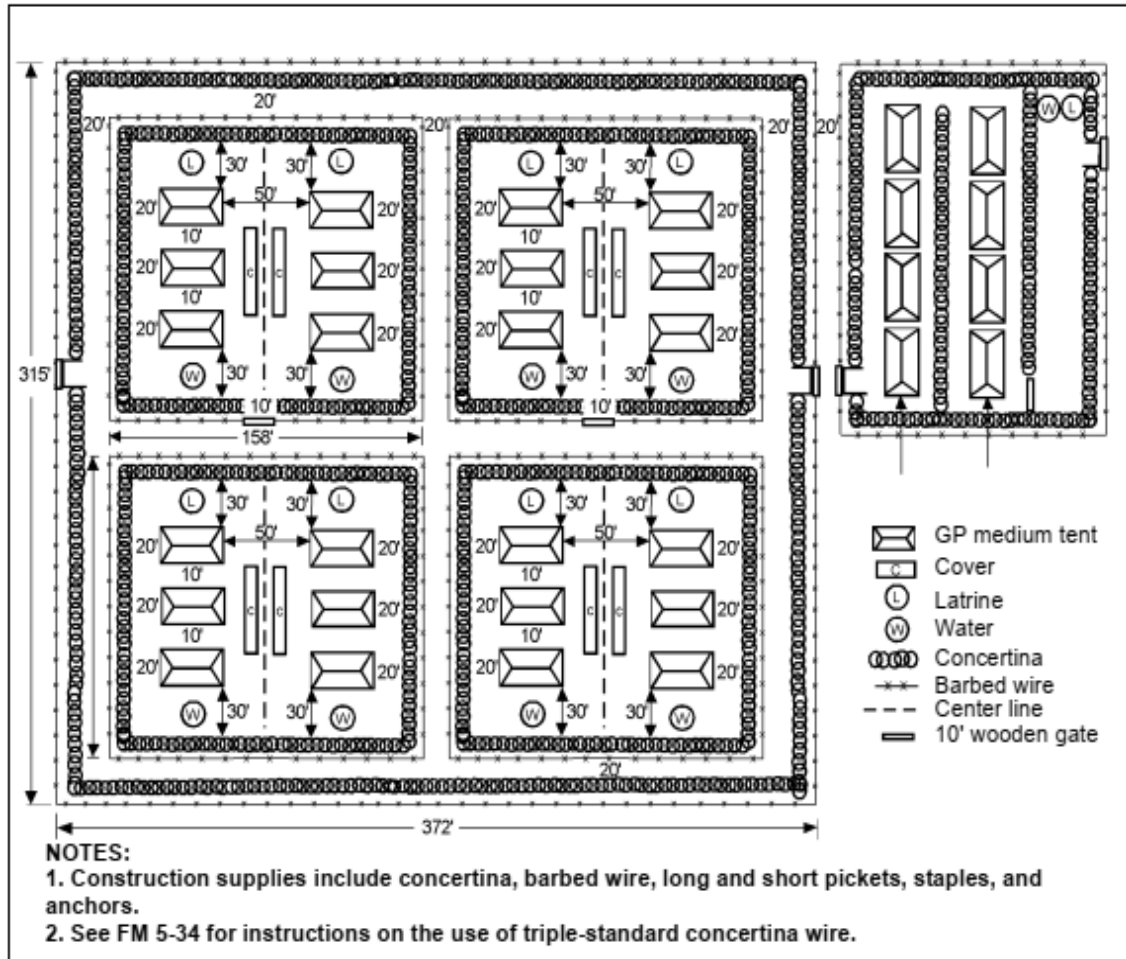


FIGURA 14 – CPG (Ex Cmp) – Corps Holding Area (CHA)
 Fonte: EUA (2001, pág. 3-15)

2.6.2 Capítulo 4 – Sobre o trato com o PG, abordando os assuntos evacuação, recepção e processamento, assinatura das intenções de facilidades, controle e disciplina, roupas, alimentação, considerações sanitárias e médicas, correspondência, programas sociais e segurança.

Esse capítulo aborda uma fase posterior ao assunto desta pesquisa, que se refere ao tratamento em si do PG.

Quando comparados, o Manual norte-americano possui mais informações e detalhes sobre os procedimentos a serem adotados para o tratamento do PG. O manual brasileiro aborda o assunto de maneira superficial mas enfatiza que o trato com os prisioneiros deve seguir o previsto na Convenção de Genebra de 1949. (EUA, 2001).

3. METODOLGIA

Nesta fase da pesquisa, foi detalhada a metodologia utilizada para solucionar o problema de pesquisa, com a explicação do Objeto Formal de Estudo, Amostra e Delineamento de Pesquisa.

3.1 Objeto formal de estudo

Esse trabalho teve como objeto de estudo as TTP que um BPE deve executar para Estb e Op um CPG nos dias atuais, especificamente nas Op Of, de modo a evidenciar a necessidade de modernização da doutrina e práticas de adestramento.

Portanto, dentre os fatores condicionantes “Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI” (BRASIL, 2019, pág. 3-3), os quais geram CO e o aumento do poder de combate (BRASIL, 2019a), os fatores alvos de estudo deste trabalho foram a Doutrina e o Adestramento, sendo essas variáveis independentes e a obtenção das capacidades como variável dependente.

3.2 Delineamento da pesquisa

Nesta etapa ocorreu o detalhamento da coleta de dados referente ao objeto de estudo para alcançar as respostas do problema de pesquisa.

A obtenção dos dados constituiu-se pela pesquisa bibliográfica e pela realização de questionário para obter a percepção dos militares.

Esta pesquisa utilizou o método indutivo, por permitir a possibilidade de obter conclusões em paralelo às análises dos dados coletados e pesquisados durante este trabalho. Quanto ao tipo, a pesquisa classifica-se como quantitativa, pois fundamentou-se da análise das respostas por meio de questionário, obtidas de uma amostra com significativa experiência no assunto e da análise da revisão da literatura.

A pesquisa foi baseada em revisão bibliográfica e análise documental. A intenção foi realizar a análise comparativa entre as publicações do Brasil e dos EUA que tratassem do assunto dessa pesquisa no contexto de uma situação de guerra.

Alguns materiais foram utilizados como: manuais, dissertações, artigos científicos e TCC que tratavam sobre DMT, DMD, Operações, Operações em Conjunto, Polícia do Exército e seu emprego, Sistema de Planejamento do Exército, DICA, publicações norte-americanas, especialmente as que abordassem sobre Doutrina e Adestramento.

Determinadas fontes foram excluídas dessa pesquisa como: manuais, dissertações, artigos científicos e outras que utilizem as expressões Polícia Militar ou *Military Police* enquanto órgão de segurança pública e não como serviço de Polícia das Forças Armadas, assim como publicações que abordassem o emprego da PE na situação de não guerra em OCCA.

Por meio de pesquisa exploratória, pretendeu-se identificar as técnicas, táticas e procedimentos referentes ao Est e Op de um CPG nas Op Of nos dias atuais.

3.3 Amostra

Para o questionário, foi utilizado o universo de oficiais da arma de infantaria, formados entre os anos de 2006 e 2015, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a amostra foi definida pelo fato de o militar ter servido em OMPE nos últimos 10 anos.

3.4 Procedimentos para revisão da literatura

Na pesquisa foram utilizadas ferramentas de busca especializadas em assuntos militares, assim como em base de dados como o EB CONHECER que reúne informações do acervo digital de publicações do Exército, coletânea de revistas do Exército, acervo de cultural do Exército, coletânea de conhecimentos doutrinários do Exército, a rede de bibliotecas integradas do Exército e a biblioteca digital do Exército.

Ademais, foram feitas buscas no sítio do *google* e do *google acadêmico*, com as expressões: “*polícia do exército, prisioneiros de guerra, campo de prisioneiros, guerra moderna, operações no amplo espectro, military police, us army, enemy prisoners of war, mp operations*”.

No decorrer da pesquisa, ocorreram revisões e análises sobre a relevância e credibilidade das fontes pesquisadas para serem integradas ao trabalho como referencial bibliográfico.

3.5 Instrumentos

A pesquisa de campo foi realizada por meio de questionário para a amostra.

Sobre o questionário, foram enviadas questões fechadas no formato de questionário sobre: OMPE que serve ou já serviu; ano em que serviu; se possui especialização; qual a especialização; função exercida nas OMPE; atividades e tarefas que exercem no cotidiano; percepção quanto ao emprego da PE em campanha; percepção quanto ao Est de um CPG; percepção quanto a Operar de um CPG; percepção quanto ao entendimento do assunto; se participou de alguma operação, instrução ou adestramento sobre o assunto; como procederia para Est e Op um CPG; quais manuais, cadernos de instrução ou documentações em geral utilizaria como referência e amparo legal; se acha o assunto pertinente; se acha que deve ter exercício de adestramento sobre o assunto; se acha que deveria ter uma revisão doutrinária, de maneira a detalhar as TTP a serem executadas por ocasião dessa atividade.

3.6 Análise dos Dados

Para alcançar a compreensão dos dados coletados, as informações serão organizadas em gráficos, utilizando a ferramenta de análise de dados do por meio de questionário do *google forms*.

A análise quantitativa, mesmo não sendo o objetivo geral desta pesquisa, será utilizada apenas em parte desse trabalho, por meio de questionário, a fim de dimensionar a opinião sobre algumas questões levantadas.

4. RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os dados obtidos por meio da aplicação do questionário, com o intuito de responder às questões de estudo.

Este questionário foi aplicado com o objetivo de colher a percepção da amostra constituída pelos majores e capitães de infantaria que servem ou serviram em OMPE, formados entre os anos de 2006 e 2015, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Para o questionário, buscou-se selecionar uma população com maturidade e experiência profissional suficientes para obter uma percepção fidedigna sobre o assunto. Foram recebidas 55 (cinquenta e cinco) respostas, obtendo-se assim respostas diversificadas, significativas e de abrangência nacional.

Para caracterizar a amostra composta por majores e capitães da Arma de Infantaria formados entre os anos de 2006 e 2015 na AMAN, inicialmente foram feitos questionamentos sobre a turma de formação, a OMPE em que serviu ou está servindo e o ano em que serviu ou está servindo.

No item 1 do questionário, foi perguntado a respeito da turma de formação da AMAN. (Ver Gráfico 1 e 2).

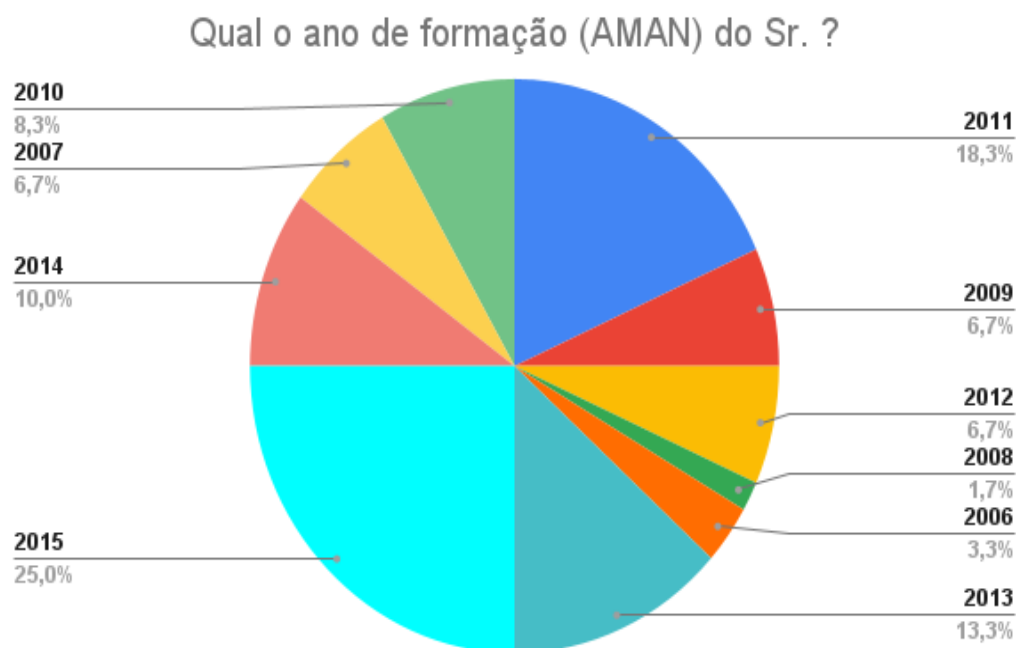


GRÁFICO 1 – Resposta ao item 1 do Questionário.
Fonte: O autor.

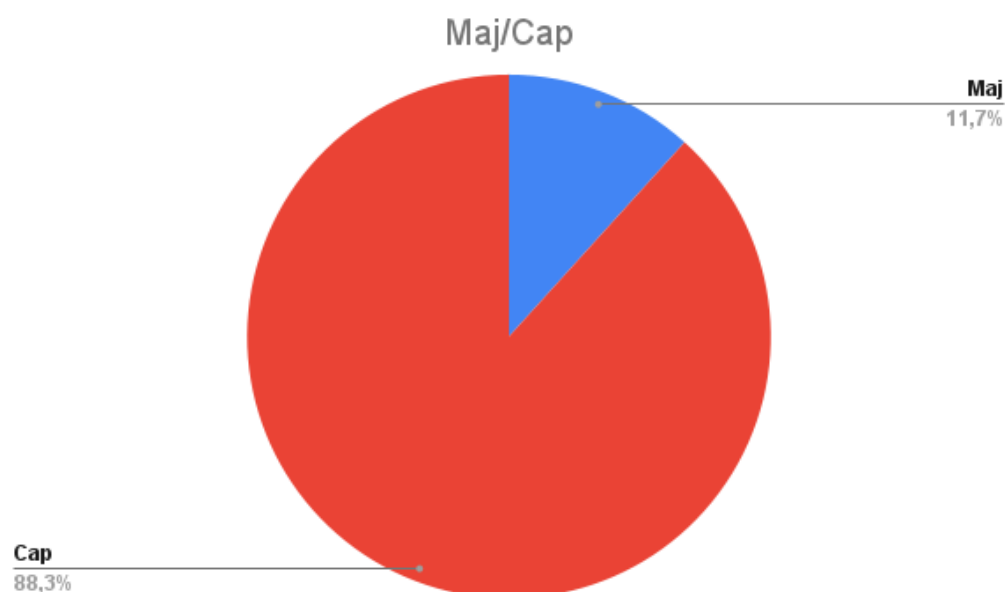


GRÁFICO 2 – Resposta ao item 1 do Questionário.
Fonte: O autor.

No item 2 do questionário, foi perguntado sobre a Organização Militar de Polícia do Exército (OMPE) na qual o militar serviu ou que está servindo.

As respostas obtidas foram detalhadas em 03 (três) gráficos, sendo 01 (um) por C Mil A, 01 (um) por dosagem e 01 (um) pelas OMPE propriamente ditas. (Ver Gráfico 3, 4 e 5) e (Ver Figura 15).

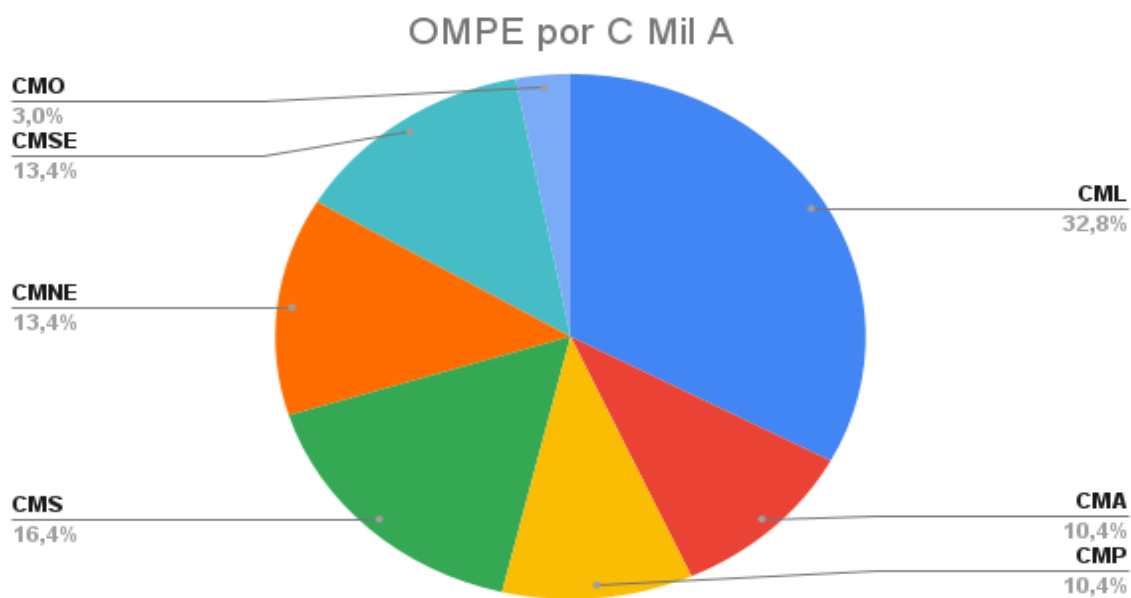


GRÁFICO 3 – Resposta ao item 2 do Questionário.
Fonte: O autor.

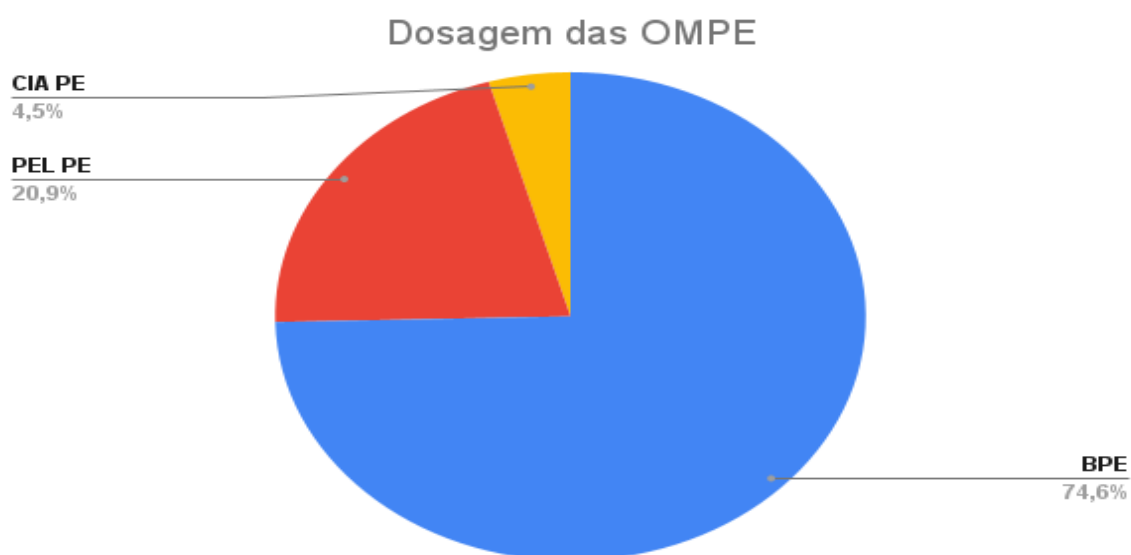


GRÁFICO 4 – Resposta ao item 2 do Questionário.
Fonte: O autor.

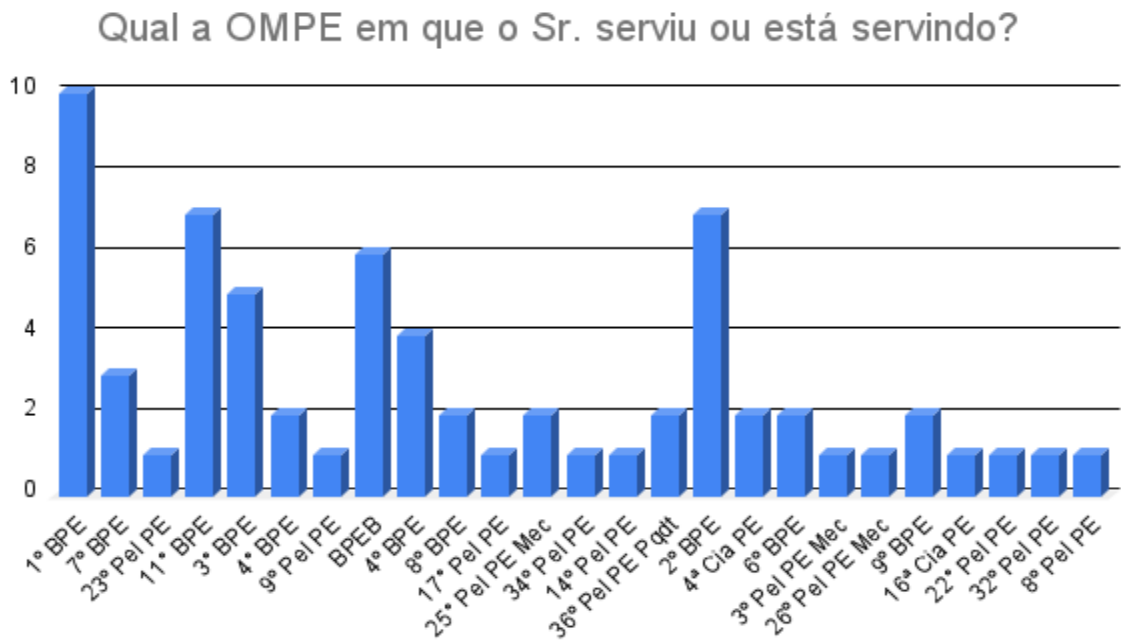


GRÁFICO 5 – Resposta ao item 2 do Questionário.
 Fonte: O autor.



FIGURA 15 – Comandos Militares de Área do Exército
 Fonte: MOREIRA (2021)

No item 3 do questionário, foi perguntado sobre o ano na qual o militar serviu ou está servindo em OMPE.

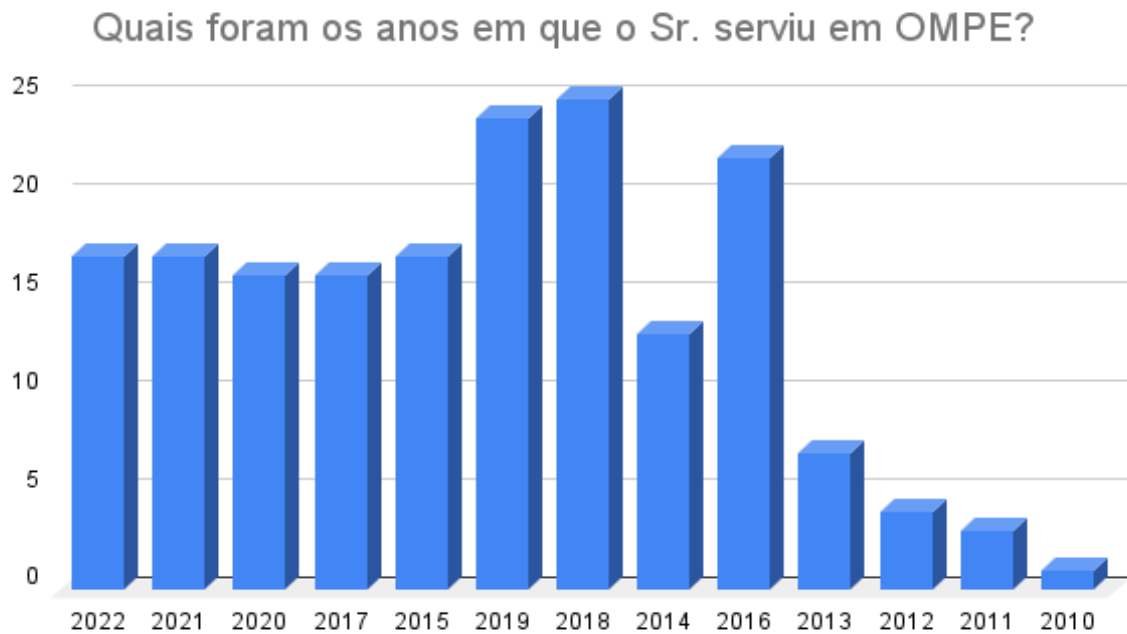


GRÁFICO 6 – Resposta ao item 3 do Questionário.
Fonte: O autor.

No item 4 do questionário, foi perguntado aos militares sobre possuírem curso ou estágio na área de PE. Como resultado, foram obtidas respostas expressivas, com 94,3% da amostra com uma especialização. (Ver Gráfico 7).



GRÁFICO 7 – Resposta ao item 4 do Questionário.
Fonte: O autor.

Para finalizar a caracterização da amostra, o item 6 do questionário abordou sobre as funções exercidas nas OMPE. (Ver Gráfico 8).

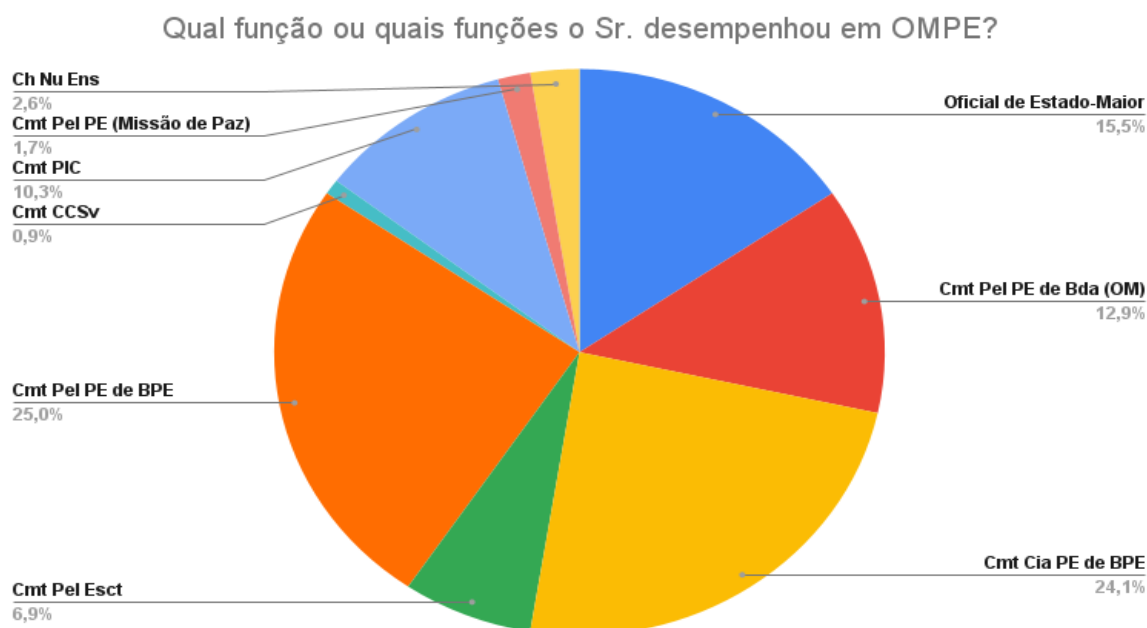


GRÁFICO 8 – Resposta ao item 6 do Questionário.
Fonte: O autor.

Após a caracterização da amostra, para obter as respostas das questões de estudo, foram elaborados os itens 5, 7, 8, 9, 10 e 11 do questionário. Estes estão relacionados à variável independente – fator doutrina e adestramento, representados pelas letras “D e A” do acrônimo DOAMEPI, os quais geram capacidades operativas e o aumento do poder de combate (BRASIL, 2019a).

Um dos objetivos do questionário foi verificar a situação doutrinária com as fontes de consulta disponíveis para as tropas de PE e as eventuais possibilidades de atualização do material disponível.

Para tanto, foi indagado por meio do item 5 do questionário, se o estabelecimento e operação de um campo de prisioneiros de guerra, é abordado em cursos ou estágios relacionados à PE. (Ver Gráfico 9).

O Estb e Op de um CPG, é abordado em cursos ou estágios relacionados à PE?

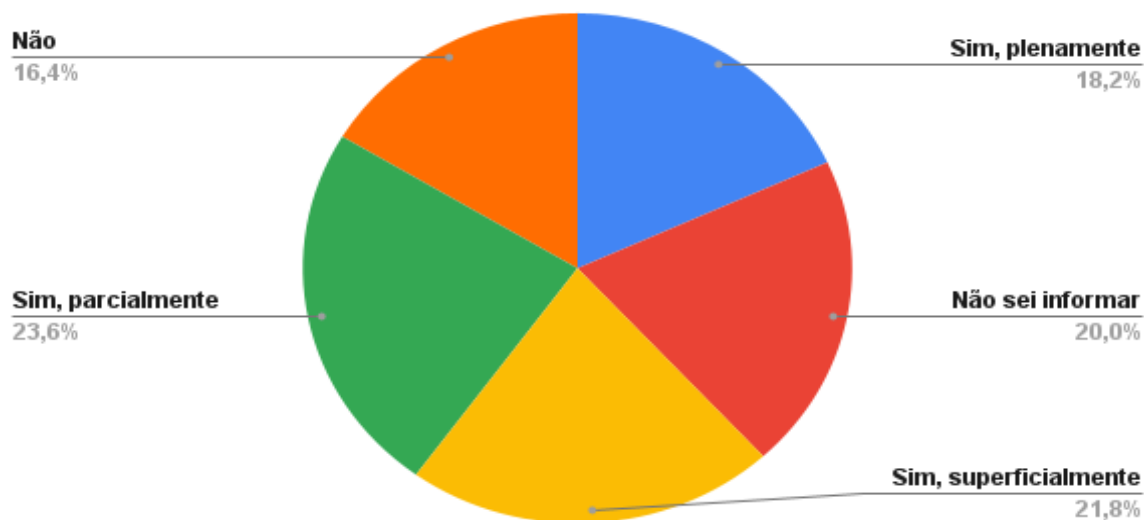


GRÁFICO 9 – Resposta ao item 5 do Questionário.
Fonte: O autor.

No item 9 do questionário, foi perguntado a respeito da percepção do militar sobre a atual situação das fontes de consulta (manuais e cadernos de instrução) disponíveis sobre o Estb e Op de um CPG. (Ver Gráfico 10)

Situação das fontes de consulta disponíveis sobre o Estb e Op de um CPG por um BPE

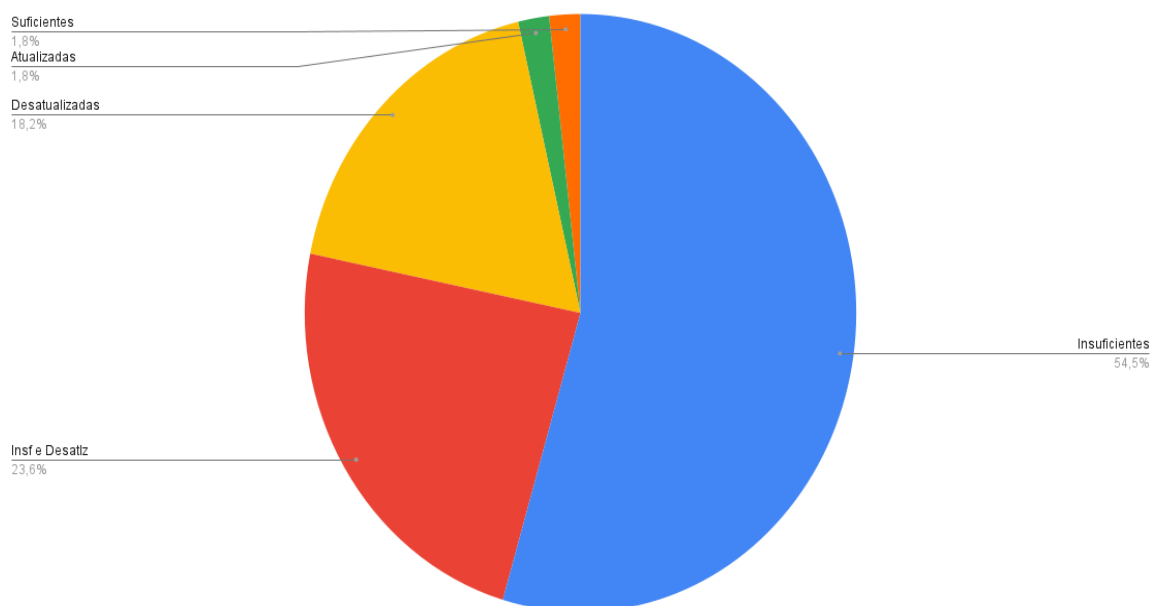


GRÁFICO 10 – Resposta ao item 9 do Questionário.
Fonte: O autor.

No item 11 do questionário, foi perguntado sobre a percepção do militar a uma eventual revisão doutrinária, para detalhar as TTP e otimizar o adestramento das tropas de PE referente ao Estb e Op de um CPG. (Ver Gráfico 11)

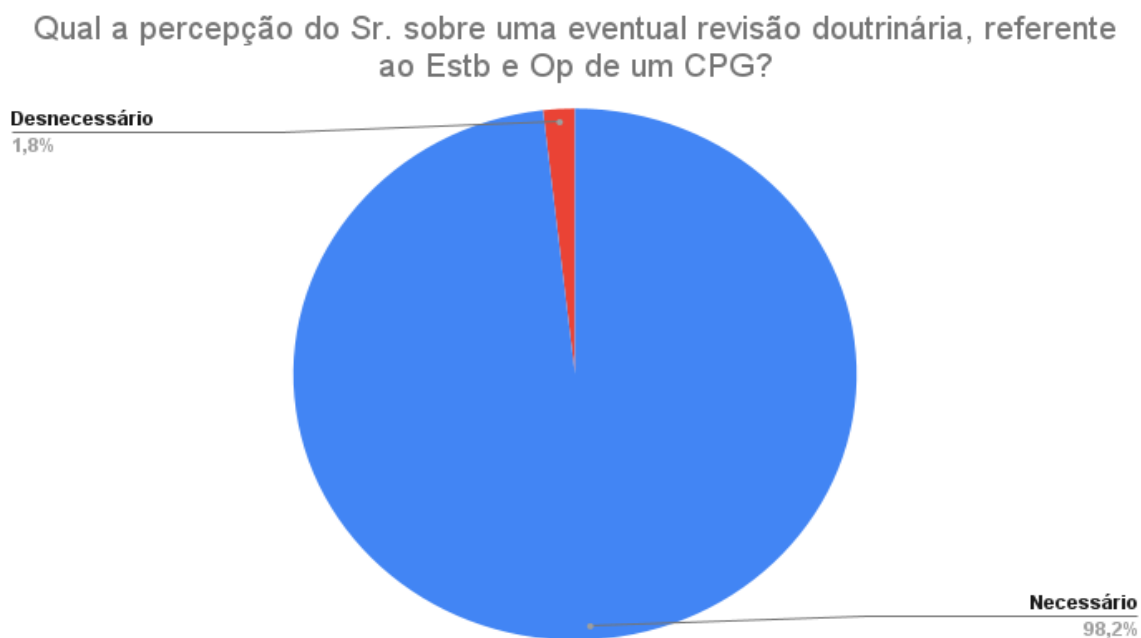


GRÁFICO 11 – Resposta ao item 11 do Questionário.
Fonte: O autor.

Um dos objetivos do questionário foi verificar a situação do adestramento realizado pelas tropas de PE, a importância do assunto e as eventuais possibilidades de atualização do material disponível.

Para tanto, foi indagado por meio do item 7 do questionário, se o militar tinha participado de alguma instrução ou adestramento, na qual uma OMPE realizasse a missão de Estb e Op de um CPG? (Ver Gráfico 12).

O sr. participou de alguma instrução ou adestramento, na qual uma OMPE realizasse a missão de Estb e Op de um CPG?



GRÁFICO 12 – Resposta ao item 7 do Questionário.
Fonte: O autor

No item 8 do questionário, foi perguntado a respeito da percepção do militar, considerando uma situação de Guerra, pensaria que o assunto era pertinente e que as tropas de PE deveriam estar adestradas para tal. (Ver Gráfico 13)

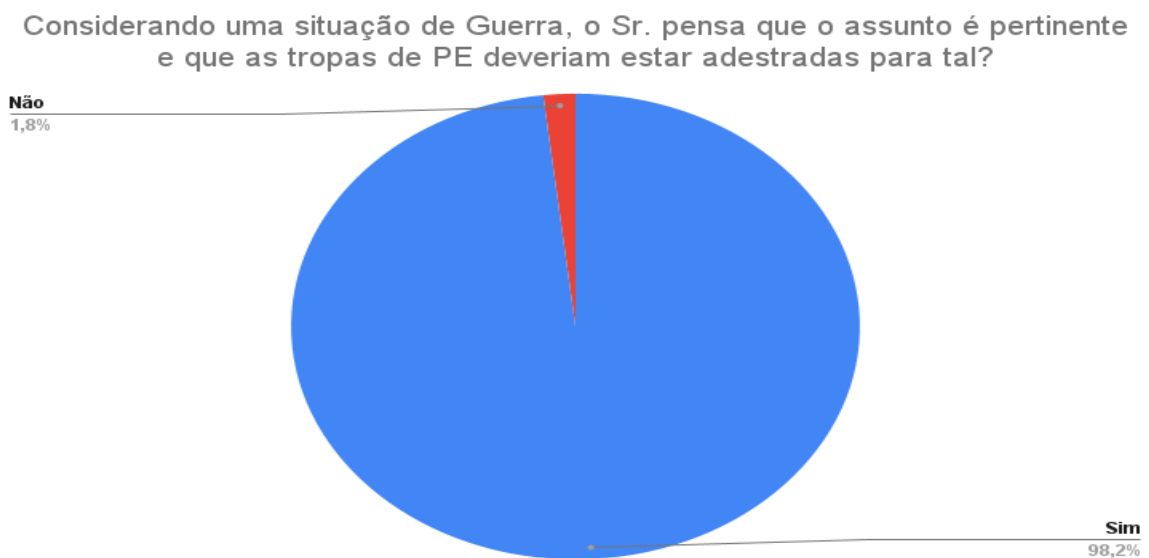


GRÁFICO 13 – Resposta ao item 8 do Questionário.
Fonte: O autor

No item 10 do questionário, foi perguntado sobre a percepção do militar sobre a atual situação do adestramento (TTP) referente ao Estb e Op de um CPG. (Ver Gráfico 14)

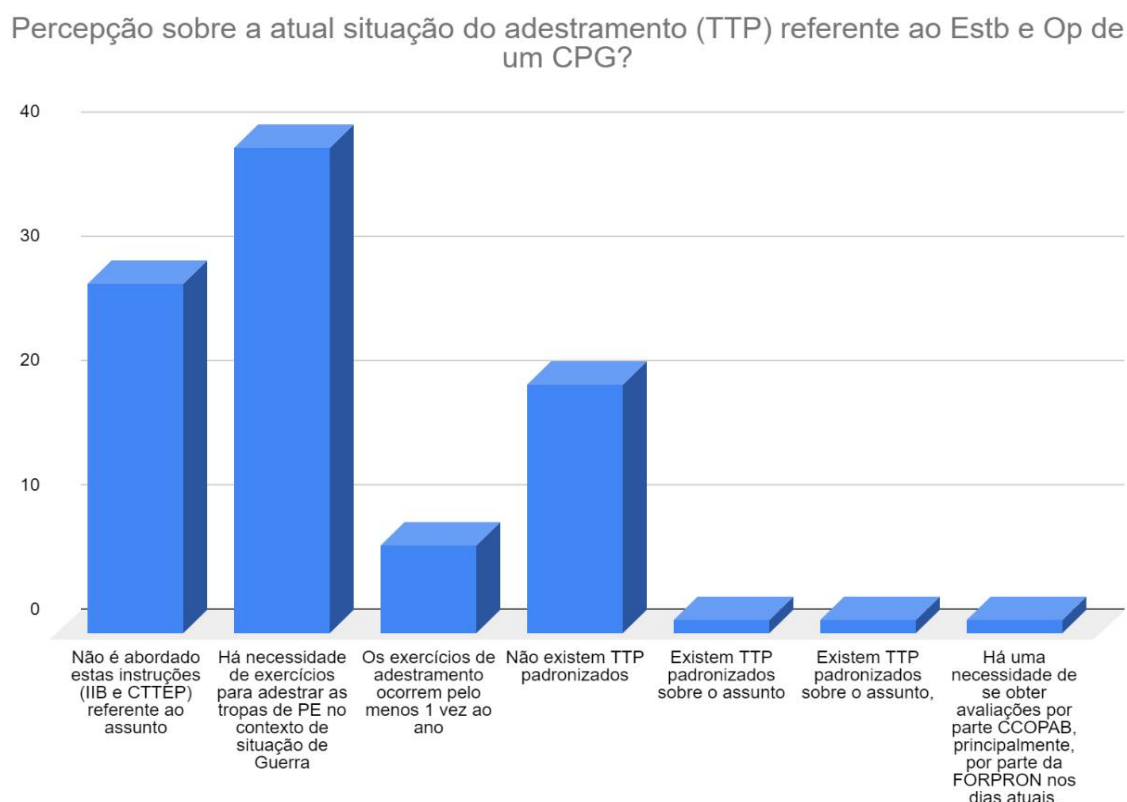


GRÁFICO 14 – Resposta ao item 10 do Questionário.
Fonte: O autor

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados a análise os dados obtidos por meio da aplicação do questionário com o intuito de responder às questões de estudo.

No item 1 do questionário, foi perguntado a respeito da turma de formação da AMAN. Quanto a representatividade das turmas, verificou-se a participação de militares das turmas de 2006 a 2015.

A escolha destas turmas foi com o intuito de caracterizar o intervalo de uma década, reunindo assim, as percepções de gerações distintas de oficiais nos postos de major e capitão, aperfeiçoados e não aperfeiçoados.

Da análise do gráfico 2, referente aos C Mil A, verificou-se uma das características da especialidade de PE: a abrangência nacional. Tal fato ficou evidenciado nas respostas de 7 (sete) dos 8 (oito) Comandos Militares de Área (C Mil A), faltando apenas, a representação de militar que tenha servido na 15ª Companhia de Polícia do Exército (15ª Cia PE), no Comando Militar do Norte (CMN).

Da análise do gráfico 4, referente as dosagens de OMPE, observou-se a representação dos 03 (três) níveis existentes: Batalhão, Companhia e Pelotão. A importância desta representação se deve ao fato destas OMPE terem diferentes níveis de subordinação e área de atuação.

Da análise do resultado do gráfico 6, referente aos anos em que o militar serviu em uma OMPE, observou-se uma distribuição equilibrada entre os anos de 2010 e 2022. Este fato colabora para a pesquisa, pois configura a abrangência das repostas coletadas, haja vista que neste período o país recebeu as principais competições esportivas internacionais, eventos de destaque internacional e aumento das operações de coordenação e cooperação com agências.

Para finalizar a caracterização da amostra, o item 6 do questionário abordou sobre as funções exercidas nas OMPE. Como resultado obtido, confirmou-se a relevância da amostra e conseqüentemente a credibilidade das respostas coletadas, com militares exercendo funções de Estado-Maior, Comandos de Companhias e Pelotões, Comandos de OMPE, Chefes de Núcleo de Ensino e Comandantes de Pelotões em Missões de Paz

Da análise dos resultados do gráfico 9, referente se o assunto Estb e Op de um CPG é abordado em cursos e estágios relacionados à PE, foi verificada percepções diferentes. O principal motivo deve-se ao fato que o assunto Estb e Op de um CPG não faz parte da grade curricular de determinados cursos e estágios relacionados à PE e principalmente por não haver um centro de instrução de Polícia do Exército, com o enfoque em atualizações doutrinárias, para nivelar e padronizar conhecimentos e instruções a serem ministradas em todas as OMPE.

De maneira geral, 81,8% da amostra teve a percepção que o assunto é abordado de maneira superficial ou parcial, ou que não é abordado ou ainda os que não souberam informar.

Ao analisar o gráfico 10, referente à situação das fontes de consulta disponíveis, foi observado uma percepção geral que os materiais disponíveis sobre o estabelecimento e operação de um campo de prisioneiros de guerra estão desatualizados e insuficientes.

Da análise do resultado do gráfico 11, referente à uma eventual revisão doutrinária, foi obtido praticamente a totalidade, com um resultado de 98,2%, com a percepção da necessidade de uma eventual revisão doutrinária, com o intuito de detalhar as TTP e otimizar o adestramento das tropas de PE referente ao Estb e Op de um CPG.

Da análise do resultado do gráfico 12, referente à participação de alguma instrução ou adestramento sobre o assunto, foi observado que 60% da amostra nunca participou de alguma instrução ou adestramento sobre o assunto.

Da análise do resultado do gráfico 13, referente a uma situação de Guerra, pensaria que o assunto era pertinente e que as tropas de PE deveriam estar adestradas para tal, foi observado praticamente a totalidade, com um resultado de 98,2%, obtendo a percepção da importância do assunto e que as tropas de PE deveriam estar adestradas para tal.

Da análise do resultado do gráfico 14, referente a atual percepção sobre o adestramento das tropas de PE sobre o assunto, foi observado que o assunto é pouco trabalhado ou explorado. A amostra teve a significativa percepção que há a necessidade de exercícios de adestramento para a situação de guerra e que não há TTP padronizadas para o assunto.

Conclui-se parcialmente que o assunto é relevante, atual e que necessita de revisão doutrinária, sendo fundamental a padronização das técnicas e táticas a serem conduzidas e operadas pelos integrantes dos BPE. Esta percepção foi coletada de uma amostra significativa e relevante, de militares com experiências diversas como comando, grandes eventos e missões no exterior.

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que o problema de pesquisa e as questões de estudo foram respondidas, alcançando os objetivos finais. Foi utilizado a revisão literária e o uso de questionário para a base de dados das respostas.

Em síntese, este trabalho permitiu o estudo detalhado sobre o Estabelecimento e Operação de um Campo de Prisioneiros de Guerra nos materiais disponíveis no Exército Brasileiro e em manuais do Exército norte-americano.

A presente pesquisa teve como início a indagação sobre o seguinte problema: **Caso um BPE recebesse a missão de Estb e Op um CPG de um C Ex, utilizando como base doutrinária e operacional os manuais existentes, as técnicas, táticas e procedimentos (TTP) estariam atualizados e adaptados aos dias atuais?** Para responder ao referido problema, foi aplicado um questionário para militares que servem ou que serviram em OMPE.

O Objetivo geral desta pesquisa era evidenciar a necessidade de atualização das técnicas, táticas e procedimentos, no que diz respeito ao emprego de um BPE em campanha, no Estb e Op de um CPG, nas operações ofensivas (Op Of) nos dias atuais, com o enfoque na doutrina e adestramento.

Para alcançar o objetivo geral, foram elencados 06 (seis) objetivos intermediários, a saber:

- a) Definir a situação de guerra e não guerra;
- b) Classificar as operações militares;
- c) Identificar a organização e a distribuição da PE;
- d) Identificar as atividades do BPE no Estb e Op de um CPG;
- e) Identificar as CO da PE;
- f) Verificar como que a tropa de PE dos EUA Estb e Op um CPG.

A fim de atingir os objetivos intermediários, foram feitas as seguintes questões de estudo, uma para cada objetivo intermediário, as quais foram solucionadas, tendo por base os resultados obtidos da revisão bibliográfica e do questionário aplicado.

- a) Qual a diferença entre a situação de guerra e não guerra?
- b) Como são classificadas as operações militares?
- c) Como que as tropas de PE estão organizadas e distribuídas?

d) Quais seriam as atividades que um BPE deve executar para Estb e Op um CPG?

e) Quais seriam as CO da PE utilizadas no Estb e Op de um CPG?

f) Quais atividades que a tropa de PE norte americana realiza para Estb e Op um CPG?

Devido ao fato de não existir um Centro de Instrução de Polícia do Exército, que poderia desenvolver, atualizar e padronizar a doutrina e as instruções dos cursos e estágios da PE, atualmente o assunto em questão desta pesquisa é abordado de maneira distinta nas OMPE que conduzem os cursos e estágios. No entanto, baseado no exposto anteriormente e da análise dos resultados obtidos por meio do questionário, é evidente que o objetivo geral foi atingido.

Conforme análise do questionário e da revisão bibliográfica, ficou evidenciado que os manuais existentes que tratam do assunto estão desatualizados, interferindo na questão doutrinária e no adestramento das tropas de PE (técnicas, táticas e procedimentos).

Foi observado também que as OMPE, nos três níveis, não realizam exercícios de adestramento na qual praticam a tarefa de estabelecer e operar um campo de prisioneiros de guerra. Reforçando que o campo de prisioneiros de guerra é um sistema que envolve ações dos P Col PG das Brigadas, missões estas executadas pelos Pel PE das brigadas; pelos P Col PG das Divisões de Exército, missões desempenhadas pelas Cia PE das DE; e as ações em si de estabelecer e operar um CPG, missão de um Batalhão de Polícia do Exército de um C Ex.

Esta constatação reforça o enfoque do EB nos últimos anos, com o preparo e emprego das tropas de PE em operações de Garantia da lei e da Ordem (GLO), por ocasião do aumento significativo desse tipo de operação. No entanto, o adestramento das tropas em situações de guerra, no qual se enquadra o assunto desta pesquisa, não foi prioridade e por muitas vezes não foi realizado.

Por meio de consultas e do questionário, foi observado que o 1º Batalhão de Polícia do Exército, Batalhão Zenóbio da Costa, unidade tradicional e responsável por conduzir os cursos e estágios de PE no âmbito do Comando Militar do Leste (CML), possui um grupo de estudo com a missão de atualizar o Manual do Batalhão de Polícia do Exército, mais especificamente o capítulo que trata sobre o estabelecimento e operação de um Campo de Prisioneiros de Guerra.

Como solução, por mais que haja um grupo de estudo tratando do assunto, sugere-se a atualização do Manual sobre o emprego da Polícia do Exército, C 19-10 (1966), o que permitirá uma fonte de consulta revisada e com as TTP padronizadas e atualizadas para as tropas de PE.

Dentre os sete fatores determinantes para se obter uma CO (DOAMEPI), o objetivo deste trabalho era em 02 (dois) fatores, doutrina e adestramento, para evidenciar que tanto a parte doutrinária quanto o adestramento, necessitavam tanto de revisão quanto de atualização.

Dessa maneira, de acordo com o planejamento em capacidades e baseado nas atuais capacidades operativas (CO) da polícia do exército, detalhadas no Manual Polícia do Exército (2018), a manutenção desta CO permitirá que o Exército execute a tarefa de Estb e Op um CPG.

Por fim, da análise dos resultados da revisão bibliográfica e do questionário, conclui-se que o problema foi solucionado, com a constatação que as fontes de consulta estão desatualizadas, interferindo nas instruções e no adestramento da tropa, sendo, portanto, essencial a atualização do Manual, da doutrina e das TTP, tornando-as revisadas e padronizadas, gerando benefícios imediatos para a tropa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Guilherme de Souza. **A Polícia do Exército: necessidade de modernização doutrinária para o alcance da prontidão operativa**. 2017.188 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **C 19-10: Emprego da Polícia do Exército**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Diretoria de Instrução do Exército, 1966.

_____. _____. Estado-Maior do Exército. **C 19-15: Operações de Controle de Distúrbios**. 1. ed. Brasília, DF, 1997.

_____. _____. Estado-Maior do Exército. **EB20-C-07.001: Catálogo de capacidades do Exército 2015-2035**. 1. ed. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.223: Operações**. 5. ed. Brasília, DF, 2017.

_____. _____. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.239: Polícia do Exército**. 1. ed. Brasília, DF, 2018.

_____. _____. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.244: Corpo de Exército**. Ed experimental. Brasília, DF, 2020.

_____. _____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF10.102: Doutrina Militar Terrestre**. 2. ed. Brasília, DF, 2019a.

_____. _____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB10-P-01.007: Plano Estratégico do Exército 2020-2023**. Brasília, DF, 2019b.

_____. _____. **MD34-M-03**: Manual de Emprego do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas. 1. ed. Brasília, DF, 2011.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Headquarters, Department of the US Army. **FM 19-1 Military Police Operations**. 2002.

MOREIRA, Paula Gomes. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco central**. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-1-Comandos-militares-no-Brasil_fig2_353368774. Acesso em 18 jun. 2022

OLIVEIRA, Paulo Sérgio Nogueira de. **Diretriz do Comandante do Exército 2021-2022**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/diretriz-do-comandante-do-exercito/88-diretriz-cmt-eb>.>. Acesso em: 24 fev. 2022

PINTO JUNIOR, Domingos Ventura; MONTEIRO, José Plínio. **História da Polícia do Exército - PE**. 1. ed. São Paulo: o autor, 1988. 74 p.

SILVA, Victor Hugo de Albuquerque. **A utilização da Polícia do Exército combinada aos órgãos de segurança pública na execução de missões de garantia da lei e da ordem em Brasília-DF**. 2020. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Aperfeiçoamento em Operações Militares) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO**QUESTIONÁRIO PARA MILITARES QUE SERVEM OU SERVIRAM EM OMPE DAS
TURMAS DE INFANTARIA DA AMAN DE 2006 A 2015****ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Este Questionário faz parte da coleta de dados do TCC do Cap Caio Márcio Leira da Silva, com o tema: Estb e Op de um Campo de Prisioneiros de Guerra por um BPE no contexto das Op Ofensivas.

A experiência profissional dos Senhores irá contribuir sobremaneira para esta pesquisa! Desde já agradeço a participação! Uma vez PE! Sempre PE!

1. Qual a turma de formação do Sr?

- () 2006
- () 2007
- () 2008
- () 2009
- () 2010
- () 2011
- () 2012
- () 2013
- () 2014
- () 2015

2. Qual a OMPE em que o Sr. está servindo ou que já serviu (Ex: 23º BPE ou 23º BPE e 222º Pel PE, em caso de mais de uma)?

Resposta aberta

3. Qual ano em que o Sr. serviu em OMPE?

Resposta aberta

4. O Sr. possui alguma especialização em PE?

- Curso de Polícia do Exército
- Curso de Perícia e Investigação Criminal Militar
- Estágio de Segurança e Proteção de Autoridades
- Estágio de Motociclista Militar e Batedor
- Estágio de Armamento e Munição Não-letal
- Estágio de Combate Corpo a Corpo
- Estágio de Adestrador de Cães de Guerra
- Nenhuma

5. Qual função ou quais funções o Sr. desempenhou em OMPE?

- Oficial de Estado-Maior
- Cmt Pel Esct
- Cmt Pel PE de BPE
- Cmt Pel PE de Bda (OM)
- Cmt PIC
- Cmt Cia PE de BPE
- Cmt Cia PE de DE (OM)

6. O Sr. possui conhecimento técnico, baseado nos manuais vigentes, para Estabelecer e Operar de um Campo de Prisioneiro de Guerra, um BPE;

- Sim
- Não
- Parcialmente

7. O sr. participou de alguma operação, instrução ou adestramento, na qual a OMPE realizou a missão de Estb e Op de um CPG?
- Sim. Se sim, qual?
 - Não
8. Dentro do contexto de uma situação de Guerra, o Sr. pensa que o assunto é pertinente?
- Sim
 - Não
9. Qual a percepção do Sr. sobre a atual situação das fontes de consulta disponíveis sobre o assunto?
- Suficientes
 - Atualizadas
 - Insuficientes
 - Desatualizadas
10. Qual a percepção do Sr. sobre a atual situação do adestramento (TTP) sobre o assunto?
- Há exercícios de adestramento sobre o assunto
 - Existem TTP padronizados
 - Há necessidade de adestramento das tropas de PE sobre o assunto
 - Há necessidade de padronização das TTP
11. Qual a percepção do Sr. sobre uma eventual revisão doutrinária, de maneira a detalhar as TTP e otimizar o adestramento da PE
- Necessário
 - Desnecessário

